

ATA DA SEXAGÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 05-7-2017.

Aos cinco dias do mês de julho do ano de dois mil e dezessete, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Fernanda Melchionna, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Matheus Ayres, Mauro Pinheiro, Moisés Maluco do Bem, Mônica Leal, Paulo Brum, Roberto Robaina e Sofia Cavedon. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Alvoni Medina, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Thiago, Felipe Camozzato, Idenir Cecchim, José Freitas, Luciano Marcantônio, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Marília Fidell, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Rodrigo Maroni, Tarciso Flecha Negra e Valter Nagelstein. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Resolução nº 036/17 (Processo nº 1862/17), de autoria da Mesa Diretora; o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 023/17 (Processo nº /17), de autoria de Alvoni Medina; o Projeto de Lei do Legislativo nº 182/16 (Processo nº 1833/16), de autoria de Cassio Trogildo e Airto Ferronato; o Projeto de Lei do Legislativo nº 258/16 (Processo nº 2571/16), de autoria de Cassio Trogildo; e o Projeto de Lei do Legislativo nº 179/17 (Processo nº 1555/17), de autoria de João Bosco Vaz. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Felipe Camozzato, Fernanda Melchionna, Rodrigo Maroni, Sofia Cavedon, Roberto Robaina, Cláudio Janta, este duas vezes, e Professor Wambert. Às quinze horas e quatorze minutos, constatada a existência de quórum, foi iniciada a ORDEM DO DIA. A seguir, foi aprovado Requerimento de autoria de Idenir Cecchim, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 02 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 004/17 (Processo nº 1311/17). Em Votação, foi aprovado o Requerimento nº 140/17 (Processo nº 1830/17). Em Discussão Geral e Votação, esteve o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 004/17 (Processo nº 1311/17), o qual, após ser discutido por Prof. Alex Fraga, João Carlos Nedel, Aldacir Oliboni, Valter Nagelstein, Fernanda Melchionna, Adeli Sell, Sofia Cavedon, Roberto Robaina e Comandante Nádia e encaminhado à votação por Felipe Camozzato, Airto Ferronato, Fernanda Melchionna, Moisés Maluco do Bem, Sofia Cavedon, Prof. Alex Fraga e Cláudio Janta, teve sua votação suspensa, em face do encerramento da Sessão. Os trabalhos foram suspensos das quinze horas e vinte e quatro minutos às quinze horas e vinte e nove minutos e das quinze horas e quarenta e cinco minutos às dezesseis horas e cinquenta minutos. Na oportunidade, foi apregoada a Emenda nº 05, assinada por Reginaldo Pujol, ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 004/17. Também, foi rejeitado Requerimento de autoria de Fernanda Melchionna, solicitando o adiamento, por cinco sessões, da votação do Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 004/17, por onze votos SIM e vinte votos NÃO, após ser encaminhado à votação por Fernanda Melchionna, Roberto Robaina, Sofia Cavedon e André Carús, em votação nominal

solicitada por Cassio Trogildo, tendo votado Sim Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Dr. Thiago, Fernanda Melchionna, João Bosco Vaz, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Roberto Robaina, Sofia Cavedon e Tarciso Flecha Negra e Não Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Idenir Cecchim, José Freitas, João Carlos Nedel, Luciano Marcantônio, Marília Fidell, Matheus Ayres, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Moisés Maluco do Bem, Mônica Leal, Paulo Brum, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Rodrigo Maroni e Valter Nagelstein. Na ocasião, foi apregoado Requerimento de autoria de Paulo Brum, Líder da Bancada do PTB, solicitando, nos termos do artigo 218, § 6º, do Regimento, Licença para Tratamento de Saúde para Dr. Goulart do dia cinco ao dia sete de julho do corrente, tendo o Presidente declarado empossada na vereança a suplente Marília Fidell, informando-a que integraria a Comissão de Urbanização, Transportes e Habitação. Na oportunidade, foram apregoadas Declarações firmadas por Paulo Brum, Líder da Bancada do PTB, comunicando o impedimento dos suplentes Rafael Bernardo de Oliveira, Filipe Rodenbusch Tisbieriek, Mario Antônio Manfro, Cirilo João Faé, Alceu Oliveira da Rosa e Jesus Cassiá Lopes Gomes. Após, foi apregoado Recurso de autoria de Fernanda Melchionna contra decisão da Comissão de Constituição e Justiça quando da discussão do parecer a respeito do Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 004/17. Os trabalhos foram suspensos das dezoito horas e quarenta e três minutos às dezenove horas e dezessete minutos. Durante a Sessão, Sofia Cavedon e Fernanda Melchionna manifestaram-se acerca de assuntos diversos. Às dezenove horas e dezoito minutos, o Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente Sessão. Os trabalhos foram presididos por Cassio Trogildo e Valter Nagelstein e secretariados por Mauro Pinheiro. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. FELIPE CAMOZZATO: Obrigado, Presidente, boa tarde; boa tarde, colegas Vereadores, pessoal que nos acompanha nas galerias. Infelizmente, hoje, eu gostaria de falar sobre um assunto que novamente é pauta no nosso Município que são as invasões, especialmente a invasão que aconteceu nesses últimos dias no antigo Hotel do Açores, no centro de Porto Alegre...

(Manifestações nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Só um segundo, Ver. Camozzato. Eu vou solicitar às galerias que, durante a manifestação dos Vereadores na tribuna, independente do tema que o Vereador estiver abordando, por favor, nos ajudem, escutem, e, ao final da manifestação, eu abrirei prazo para as manifestações das galerias. Eu vou restabelecer o tempo do Ver. Felipe Camozzato.

O SR. FELIPE CAMOZZATO: Muito obrigado, Presidente. Eu gostaria de perguntar a todos aqui se consideram o furto de um veículo um crime, se consideram o sequestro de uma pessoa com extorsão um crime. Acredito que seja consenso que sequestro é crime, que furto de veículo é crime, da mesma forma que invasão de propriedade privada é crime! Então essas pessoas que se acham no direito invadir propriedade alheia, que acham que está tudo bem, que recebam esses invasores em suas casas...

(Aparte antirregimental.)

O SR. FELIPE CAMOZZATO: É tão crime invadir uma propriedade com donos... Aliás, aquele prédio tem donos, ele está à venda, está com manutenção em dia, está com iluminação, inclusive, e foi ocupado. Ocupado com aspas, porque quem ocupa são vocês ocupando essas cadeiras. Aquilo se chama invasão, não ocupação.

(Manifestações nas galerias.)

O SR. FELIPE CAMOZZATO: Eu acho engraçado que falam em função social, função social... Por favor, pessoal, função social é só uma desculpa bonitinha para que o ladrão dê desculpa para o que está fazendo, ponto.

(Manifestações nas galerias.)

O SR. FELIPE CAMOZZATO: Aliás, nós só chamamos ladrão de ladrão porque ele não é inteligente suficiente ou politicamente correto para dizer que o assalto dele é a função social de distribuição de riquezas.

(Manifestações nas galerias.)

O SR. FELIPE CAMOZZATO: Porque, se Temer dissesse que seus roubos fossem para função social e distribuição de renda; se Marcelo Odebrecht dissesse que seus roubos fossem para a função social também, eu queria ver se vocês estariam do lado deles. Temer, Aécio, Odebrecht, Lula, Dilma, que roubam o dinheiro do povo brasileiro, não são nada diferentes de quem invade propriedade privada para roubar os direitos daqueles que construíram o seu capital – nada diferente. Ou melhor, existe uma diferença: existem uns que são apoiados por sindicatos hipócritas e outros que não têm partidos políticos, poder político e sindicatos por trás. É isso, muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(Manifestações nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Eu poderia usar este tempo de cinco minutos, meus colegas da oposição, prezados municipais e municipais, para dizer ao Ver. Felipe Camozzato que ele devia ler a Constituição Federal.

(Manifestação das galerias.)

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Que não foi uma invenção de quem ocupa terrenos vazios, prédios públicos, inclusive, como foi o primeiro, o Lanceiros, mas foi o aumento da correlação de forças e da luta durante o processo da Constituinte que permitiu que, na Constituição, entrasse o tema da função social da propriedade.

Eu sou socialista e gostaria de falar do pior roubo que pode existir em toda a história da humanidade, que é o roubo das horas da classe trabalhadora para financiar o acúmulo de capital dos grandes empresários que concentram renda, que concentram monopólios e que têm levado o mundo a uma crise sem precedentes. Uma crise econômica brutal começada pelos banqueiros – que o senhor defende –, lá dos Estados Unidos em 2008, que impacta todos os países do mundo, uma crise ecológica fruto da lógica desenfreada de desmatar a natureza.

Mas eu não acho, e eu quero me dirigir aos municipais e às municipais, que nós possamos tergiversar sobre a pauta de hoje por conta de um vídeo que o Ver. Felipe Camozzato quer postar na internet, sobre a Ocupação Lanceiros Negros, aquela mesma que foi brutalmente desalojada pela Polícia de um prédio público há dez dias, para não entrar no tema da previdência municipal, um projeto hoje que vai ser lamentavelmente votado pela Câmara de Vereadores. Nós temos a convicção de que o debate da tarde, tanto das Lideranças como o debate de plenário, tem que ser: qual é a política que está sendo implementada no Município de Porto Alegre pelo Governo Marchezan, que o senhor defende? Para nós, é claro que a principal política do Governo Marchezan tem sido ameaçar servidor público, promover terrorismo com os trabalhadores e as trabalhadoras, cortar investimento nas áreas sociais, ameaçar parcelar salário. Nós estamos vivendo um colapso na assistência social, um verdadeiro colapso nos CRAS e nos CRES, um desmonte na política da educação municipal! Tem escolas com matrículas garantidas que não podem chamar crianças para a educação infantil porque faltam professores, porque faltam monitores. Nós estamos vivendo uma crise na saúde pública com o fechamento dos leitos do HPS, e o Prefeito Marchezan ainda vai para as redes para mentir – 11 leitos fechados no HPS! O Hospital Materno Infantil Presidente Vargas tem uma superlotação, atende sempre com o dobro de superlotação; inclusive, está na mira das privatizações do Governo Marchezan. Este Governo – este Governo – aumenta o caos, para implementar um projeto que é um projeto de privatização, de desmonte, de desrespeito com os trabalhadores. Este Governo elegeu os servidores como o seu inimigo e, na rotina escolar, com a rede municipal, também.

Agora, agora, tem uma frase que diz: “Quem não pode com a formiga não atice o formigueiro”. Por dois momentos o Governo Marchezan perdeu: perdeu quando não queria a antecipação do IPTU, e, graças à mobilização dos municipais, se conseguiu a antecipação, garantindo direitos à população; e perdeu quando queria tirar a reposição da inflação aqui nesta Câmara, e a maioria dos Vereadores se manifestou a favor dos servidores públicos municipais. Nós queremos duas coisas na tarde de hoje, apenas duas: que o conjunto dos parlamentares desta Casa mantenha a coerência na votação da reposição da inflação rejeitando o confisco do salário, votando “não” à política do Marchezan de confiscar 3%, que, com a inflação, são 8% do salário de cada um que está aqui na plateia hoje, junto conosco, e que está lá fora, lutando, Presidente Cassio Trogildo, para entrar aqui na Casa do Povo e assistir à votação na tarde de hoje.

Nós, da oposição, PSOL, PT, temos a convicção de que é possível derrotar este projeto na tarde de hoje. E isso vai depender obviamente do conjunto dos Vereadores, da bancada independente, que estava conosco na votação da reposição da inflação, cumprindo um papel muito importante, Ver. Dr. Thiago, para a derrota daquele projeto há dez dias e, agora, da mesma maneira, na CCJ; da tranquilidade da categoria em não cair em provocações de grupos protofascistas que juntam meia dúzia de pessoas e vêm aqui provocar, agredir, como fizeram na frente do Paço Municipal, e foram recebidos pelo Prefeito, que não recebe sindicatos, que não recebe movimentos sociais, mas abriu as suas portas para um grupo protofascista. É lamentável.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

(Manifestações nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Temos um Vereador que foi chamado à tribuna. Solicito às galerias que nos auxiliem na condução dos trabalhos. O número de pessoas que foi acertado na Mesa é exatamente o número de pessoas que o nosso Plano de Prevenção e Proteção contra Incêndio determina. (Vaias.). Bom, gostem vocês ou não, a Casa vai tomar todas as providências...

(Manifestações nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Ver. Rodrigo Maroni, por favor, sua intervenção.

O SR. RODRIGO MARONI: Boa tarde, Vereadores, Vereadoras da Câmara Municipal, público que nos assiste pela TVCâmara, colegas aqui da Câmara, em especial os funcionários públicos da Prefeitura que estão aqui nesta tarde, mais uma

vez, reivindicando e lutando, Alexandre. São professores, professoras, servidoras, todos com um papel determinante.

Eu subi a esta tribuna para falar de outros temas, mas não tenho como não falar, Ver. Felipe – apesar de a gente se dar bem pessoalmente, se respeitar –, sobre a questão da Ocupação Lanceiros. Quero falar que, para mim, crime – é isto o que eu defendo, era sobre isto que eu falava aqui na semana passada –, Ver. Felipe, é as pessoas não terem onde morar. Crime é o nosso País ter desigualdade social, financeira e social: tem pessoas que ganham R\$ 40 mil, R\$ 50 mil, enquanto outros vivem com R\$ 1 mil, R\$ 1,5 mil, isso é um crime! Um País que tem fome... Com relação à sugestão do meu colega Ver. Felipe, eu queria propor o contrário, Felipe, é o seguinte: se é tão bom ser ocupante da Lanceiros, eu te convidaria a sair da tua casa, ir lá para o prédio ocupar para morar. Seria muito mais legal tu sentires, porque, se as pessoas acham que é bom... Tem gente acusando que é bom. Eu falava aqui da Brigada Militar, e metade das ocupações de Porto Alegre tem brigadiano, sabem por quê? Porque brigadiano é pobre! Alexandre, tu, que és Guarda Municipal, metade das ocupações têm Guarda Municipal, porque guardas municipais são pobres!! Agora, quem fala dos seus carpetes, da volta das grandes praças e dos bairros ricos de Porto Alegre que ocupar é coisa de ladrão, compara a sequestro, a roubo é porque nunca teve que morar com filho num lugar sem luz, com frio, com fome, no meio dos ratos!! Mais uma vez eu faço o convite: qualquer colega ou qualquer político... Ver. Felipe, meu irmão, eu te convido a ficar somente uma semana na ocupação para ver se é bom, pega ali a tua mochila. Alexandre, encaminhe o Felipe, ele passa uma semana lá.

Assim também – eu sei que ele não é – a turma do MBL. Eu vou dizer a vocês de forma muito franca, vi ali que tem um rapaz debochando e tal: acho que eles não respeitam a primeira lei da natureza, porque, na política, sempre houve divergência. Alexandre, sempre houve esquerda, direita, MDB, Arena, desde sempre, é natural ter opiniões diversas. Mas a primeira lei da natureza é que nós somos diferentes. Ninguém do PSDB é igual; ninguém do PCdoB e do PT são iguais; numa família de quatro, cinco, nem todos são iguais! E o que o MBL faz que, na minha opinião, faz dele ser um grupo que envergonha? Não à política, mas eu me envergonho de o MBL existir porque, na verdade, eles são um grupo de *stand-up*. Quero dar uma orientação a esta turma aqui: pessoal, alguém não tem que aprender? Escutem o que eles têm para ensinar, debochem deles. Eles vêm, com ar professoral, gravar um videozinho, com milhões de seguidores. Riam deles: “Ah, porque ensinar o quanto valem os impostos!” Me ensina! Deem risada porque eles são palhaços, esse é o papel deles. Entenderam? O problema aqui é não perder a cabeça com eles, porque, com palhaço, tu tens de rir, tu não podes brigar. Com palhaço, tu tens que rir, tem que debochar, entendeu? Palhaço se trata assim; no máximo, peguem um pila, dois e botem na cartola para levar pela apresentação, porque eles ficam fazendo showzinho. Eu vejo o seguinte: é uma galera, Alexandre, que não serve nada na política, pensei que eles eram só de direita, mas não servem nada. Agora quero dizer o seguinte: o fundador do MBL está lá, pode gravar, um dos fundadores do MBL, de São Paulo, tem um processo que é deste tamanho do PSDB...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

O SR. RODRIGO MARONI: ...Quero dizer, para finalizar, que concordo com muitas coisas que o MBL fala, é óbvio que ser contra tudo é muito fácil. Agora, ficar tocando na ferida das pessoas, ridicularizando as pessoas, independente da opinião, isso é uma vergonha para o PT, para o PSDB, para o PMDB, para o PTD e para a sociedade brasileira, principalmente para o povo brasileiro, porque eles não fazem nada! Outra coisa: como essa turma viaja, anda para cá e para lá – eu pergunto –, com que dinheiro? Cadê o trabalhador que pode viajar pelo Brasil fazendo ridicularização das pessoas? Onde está aquele rapaz de São Paulo que estava aqui na semana passada? Eu quero saber com que dinheiro ele viaja o Brasil inteiro, se eu não posso fazer uma viagem? Não tenho dinheiro para fazer.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, caros colegas; em primeiro lugar, Presidente, gostaria de fazer, em nome da bancada PT – Oliboni, Adeli, Sgarbossa –, um apelo para que fosse liberado para que mais funcionários pudessem participar, porque, afinal, é a vida deles e delas que está em debate nesta Casa, nesta tarde muito importante, delicada. Se não houver uma escuta real, se não houver um respeito e uma análise técnica, poderão os funcionários municipais ser os únicos a pagar a conta dos desgovernos que desorganizaram alguma coisa na Prefeitura de Porto Alegre. Nós poderemos cometer uma grande injustiça. É muito importante que cada Vereador e Vereadora esteja, Ver. Oliboni, ouvindo e conversando com o funcionalismo municipal, que, sempre, em todas as conjunturas, realizou o seu trabalho de maneira séria, de maneira eficaz, de maneira responsável; que sempre foi responsável pelas finanças municipais, sempre foi responsável com a política pública, para que fosse feita da melhor maneira. Falo de todas as categorias, porque não existe categoria menos ou mais privilegiada, ou mais estratégica ou menos estratégica.

Esta Câmara Municipal tem grande responsabilidade com a votação de hoje, Ver. Airoto, porque esta Câmara, na sua maioria, com a bênção e o acordo do Governo, liberou o teto salarial para a categoria municipal. Portanto, sinalizou que tem folga, sim, no orçamento. Então, não é possível aceitar nem arrocho salarial, muito menos confisco salarial do conjunto dos funcionários municipais. Uma alteração, Vereadores, de 30% na alíquota não é uma pequena alteração, é um aumento de 30% na alíquota de desconto para o Previmpa, e pega todos os salários. Pega os salários mais baixos, dos operários, pega os salários das monitoras, pega os salários das assistentes sociais, pega os salários dos médicos. Portanto, não tem nenhuma categoria que não terá confisco

salarial, ao mesmo tempo em que o Prefeito acha que não tem problema em liberar o teto.

Nós não podemos mais cometer injustiças em nome de governos que não são transparentes, que não discutem prioridades com a Cidade, que não chamam a Cidade para encontrar soluções para uma crise que é conjuntural, que não é estrutural. Portanto, não precisa agir dessa maneira, massacrando o funcionalismo municipal. Eu espero que esta tarde seja uma tarde desapaixonada, Presidente Cassio. Os nossos municipais não vêm aqui para provocações, nem para brigar com ninguém. Eles vêm aqui para serem ouvidos pelos Vereadores e Vereadoras, e eles têm o direito de estarem aqui, têm o direito de estarem neste espaço. Nós queremos que esta tarde seja desapaixonada, que nós sejamos sérios com a previdência dos municipais. A previdência pública não pode ser uma decisão política; a alíquota tem que ser resultado de cálculo atuarial, senão estaríamos autorizando um prefeito a botar a mão no fundo de capitalização. Se nós achamos que o Prefeito decide como tem que ser a alíquota do Previmpa, nós também podemos autorizar que o Prefeito, se entender, não precisa guardar R\$ 1 bilhão para os futuros aposentados e possa pegar esse dinheiro. Não pode ser assim, Ver. Nedel, a decisão sobre a nossa previdência tem que ser técnica, e a nossa Procuradoria da Casa apontou isso, e o Previmpa apontou no seu parecer, fez cálculo atuarial, um parecer claro contrário à alteração de alíquota. A CCJ também empatou com o voto...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

A SRA. SOFIA CAVEDON: ...Existem, portanto, claros indicadores que dizem que o Governo está aqui com um projeto político, e projeto político não responde à previdência. Indicação, aumento, confisco de salário para arrumar contas é um equívoco, porque isso autoriza o Governo a mexer no fundo de previdência, e isso não é possível e não passará nesta Casa. Então, o apelo que nós fazemos aos colegas Vereadores – Ver. Dr. Thiago, que é um municipal responsável e que trabalhou muito por todos os salários, inclusive com alguma divergência nossa – é que aqui a votação seja técnica, Ver.^a Mônica, técnica! Há o parecer do Previmpa, o parecer da Procuradoria: “não” ao aumento da alíquota do Previmpa, para fazer justiça...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. ROBERTO ROBAINA: Boa tarde. Acho que a Câmara de Vereadores tem uma responsabilidade muito significativa...

(Manifestações nas galerias.)

O SR. ROBERTO ROBAINA: Eu creio que, nesta tarde, a Câmara de Vereadores tem uma responsabilidade. Qual é a responsabilidade central da Câmara de Vereadores? A Ver.^a Sofia levantava um critério, sobre qual a Câmara de Vereadores deve se pronunciar. Se o critério é técnico, os Vereadores e as Vereadoras precisam fazer a aferição dos órgãos competentes que emitiram juízo sobre a questão. E o Previmpa e a Procuradoria colocaram claramente que esse aumento de alíquota não é necessário e não é correto. Se a opção da Câmara for pelo aumento da alíquota, a Câmara de Vereadores vai estar dando um recado público. Qual o recado que a Câmara vai estar dando? Que ela aceita uma lógica de fazer política salarial com o tema previdenciário. Nesse caso, nós não estamos falando de reposição, nós estamos falando que a Câmara vai estar autorizando a redução do salário real dos servidores públicos.

O Governo Marchezan – e esta é a indignação legítima dos servidores – já não está aplicando a reposição dos salários de acordo com a inflação, o que é constitucional, e o Governo Marchezan está arrochando os salários pela via da não reposição. Mas o Governo está fazendo algo ainda mais grave: está fazendo redução real de salários e, no caso do aumento da alíquota do Previmpa, redução nominal dos salários – na prática é redução nominal. Por isso é que nós estamos fazendo um apelo para que as bancadas independentes, para que os Vereadores do PMDB, para que a Ver.^a Comandante Nádia, que é servidora pública, não aceitem a lógica do arrocho salarial sobre os servidores públicos. Importante: digam “não” à proposta do Governo. O Governo precisa discutir – já tivemos, na semana passada, um episódio em que o Governo queria atacar os servidores que poderiam ajudar, inclusive, no aumento da receita. O Governo recuou desse ataque com uma mão e, com a outra mão, quer fazer com que os servidores, com uma remuneração já baixa, tenham que ainda aumentar seu dispêndio com a previdência, quando há pareceres técnicos que dizem que isso não é necessário.

Portanto, a Câmara de Vereadores tem que, sim, ajudar a que Porto Alegre tenha o mínimo de decência, de justiça. Isso significa não arrochar ainda mais o salário dos servidores públicos. Eu acredito sinceramente que o Prefeito Marchezan já começa a entrar em uma lógica que é a seguinte: derrotar os servidores públicos municipais de qualquer forma. Fez isso no início do ano, quando provocou uma crise nas escolas, alterando o calendário escolar, para tentar provocar um conflito com os professores, para derrotá-los; para, em seguida, fazer novos ataques ao conjunto dos servidores. O Governo sabe que, ao desmontar os serviços públicos, ao atacar os servidores públicos, ele está também reduzindo a capacidade do Município de melhorar a vida das pessoas...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

O SR. ROBERTO ROBAINA: ...O Governo Marchezan sabe que está fazendo uma política de ajuste que ataca os servidores e que piora objetivamente a vida das pessoas mais pobres, que são as que mais sentem a redução dos serviços públicos. Consciente disso, o Governo Marchezan quer consolidar uma base reacionária que aplaude seu discurso de ataque aos servidores, que aplaude seu discurso de desprezo pelos pobres necessitados desta Cidade. Por isso o Prefeito Marchezan recebe o provocador do MBL um dia depois que a própria Guarda Municipal prende o sujeito! E é isto que nós temos que impedir: um Governo que aceite a lógica da provocação e do ataque ao serviço público! Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo Governo.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos assiste através da TVCâmara e nas galerias; quero dizer aqui que eu não me importo, muito menos me preocupo com as vaias, até porque a maioria do povo de Porto Alegre apoia e deseja esta proposta, porque ela não quer mais ver recursos para a saúde, educação sendo deslocados para pagar esse passivo da previdência. Estão me vaiando?

(Manifestações nas galerias.)

O SR. CLÁUDIO JANTA: Vocês acham que essas palavras são minhas? Levanta a mão quem é do PT aí?

(Manifestações nas galerias.)

O SR. CLÁUDIO JANTA: Essas palavras são do Líder do PT na Assembleia Legislativa, o Deputado Valdeci de Oliveira, não são minhas! “Ah, não, é do PT, não pode vaiar”, né?

(Manifestações nas galerias.)

O SR. CLÁUDIO JANTA: Do Valdeci Oliveira, quando o Governador Tarso Genro aumentou... Ah, eu sou pelego, o Valdeci é combativo... Ah, desculpem! Quando o Tarso Genro...

(Manifestações nas galerias.)

O SR. CLÁUDIO JANTA: Eu sou pelego, e o Valdeci é combativo? Quando o Tarso aumentou a alíquota de 11% para 16,5%, o Valdeci Oliveira, Líder do Governo, deu esse discurso na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. O Tarso adora aumentar a alíquota do servidor público. Antes disso, quando foi Prefeito em Porto Alegre, o Tarso aumentou a alíquota de vocês para 6,75%. Para os trabalhadores da ativa ele aumentou para 6,75%... Ou melhor, ele não aumentou, ele criou uma alíquota de 6,75% para os trabalhadores da ativa. E o Líder do Governo na época deu esse mesmo discurso aqui na Câmara de Vereadores e criou a alíquota para os trabalhadores inativos de 4,75%. Seis vírgula setenta e cinco por cento e 4,75% é maior do que 3%, Ver. Cecchim. E lá, naquela época, a Ver.^a Sofia e o Ver. Oliboni, que eram Vereadores desta Casa, votaram a favor. Nossos colegas, que hoje dão discurso contrário, votaram a favor. E não eram “pelegos”, estavam salvando a vida dos municipais em Porto Alegre. E nós não – daqui a sete ou oito anos, quando o déficit do Previmpa estiver em R\$ 1,7 bilhão –, nós queremos acabar com a vida dos municipais em Porto Alegre.

Nós somos responsáveis. Nós não queremos prejudicar...

(Manifestações nas galerias.)

O SR. CLÁUDIO JANTA: O mapa de votação está aqui! (Mostra papel.) Nós queremos prejudicar os 200 mil desempregados de Porto Alegre em hipótese nenhuma, muito menos queremos prejudicar as pessoas, 1,4 milhão de habitantes de porto-alegrenses, que precisam de saúde. Ah...!

(Manifestações nas galerias.)

O SR. CLÁUDIO JANTA: Ah, vocês defendem um aumento do IPTU, não é? Esqueci isso. Vocês acham que 1,4 milhão de habitantes de Porto Alegre tem que pagar mais IPTU para continuar bancando o Previmpa. Se juntarmos o que vamos economizar na questão do Previmpa, podemos colocar sensores automáticos nas bombas do DEP. Ah...! Perguntem para o pessoal lá do Sarandi e da Vila Farrapos se isso não é importante para a vila deles. Perguntem para as pessoas se não é importante na vida deles. Nós podemos melhorar – com isso íamos gastar R\$ 19 milhões – o escoamento de águas das galerias de Porto Alegre, perguntem se não podemos. Perguntem para as pessoas se nós não poderíamos resolver o problema do lixo seco em Porto Alegre com R\$ 3 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Cláudio Janta prossegue a sua manifestação, a partir deste momento, em Comunicação de Líder.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Perguntem para as pessoas que precisam acabar com os focos de lixo em Porto Alegre se nós não poderíamos, com R\$ 980 mil, resolver a questão do lixo seco em Porto Alegre. Perguntem para as pessoas. É que

vocês vivem em outro mundo, um mundo à parte, essas pessoas vivem num mundo real. Um milhão e quatrocentos mil trabalhadores em Porto Alegre vivem num mundo real, um mundo onde as pessoas acordam de manhã e não sabem se vão ter seus empregos. O mundo real onde as pessoas saem de manhã para produzir, onde as pessoas vivem embaixo da água nas enchentes. O mundo real onde as pessoas trabalham e se aposentam. O mundo real onde as pessoas contribuem para a Previdência Social.

Só para ter um dado: por que nós não nos furtamos, colegas Vereadores, de discutir a reforma da Previdência? A média de aposentadoria do setor público no Brasil inteiro, no Executivo, chega a R\$ 9 mil. Se pegar aí o Ministério Público, o Judiciário, os Poderes lá em Brasília, ela chega a R\$ 30 mil. Só que a média de aposentadoria para o trabalhador privado chega a R\$ 1,6 mil. Essa é a realidade do povo brasileiro. O setor público gasta R\$ 115 bilhões com um milhão de aposentados. No setor privado, com aqueles que trabalham na construção civil, no comércio, na vigilância, no transporte, em vários setores, são gastos R\$ 500 bilhões com 33 milhões de aposentados. O déficit no sistema de previdência social do setor público, em 15 anos – ouçam bem –, somou R\$ 1,3 trilhão. Isto não é meu, isso é da Previdência, que atende um milhão de pessoas: R\$ 1,3 trilhão que atendem um milhão de pessoas. E o déficit do setor privado – aí vem a minha culpa, trabalhei minha vida inteira no setor privado – foi de R\$ 450 milhões, que atende 29 milhões de pessoas.

Então, trabalhadores municipais, eu não estava aqui nesta Casa em 2001, então não fui eu, nem grande de parte dos Vereadores que aqui se encontram, mais de dez Vereadores entraram aqui este ano, que aumentamos a aposentadoria de vocês em 6,75%, e não fizeram a capitalização desses recursos. E, diga-se de passagem, é bom vocês verem onde está capitalizado o dinheiro de vocês. Não fomos nós que tiramos a bimestralidade de vocês. Não fomos nós que aumentamos e instituímos 4,75% para os aposentados. Não fui eu que fiz esse discurso na Assembleia Legislativa, foi o Valdeci Oliveira que fez. E nós só pedimos coerência aos colegas que em 2001 votaram a favor dos 6,75% no sentido de votarem a favor dos 3% para a previdência dos municipais ser sanada e não haver um déficit incalculável daqui a menos de 10 anos: R\$ 1,7 bilhão. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. IDENIR CECCHIM (Requerimento): Sr. Presidente, a pedido do representante do Simpa, a Bancada do PMDB retira a Emenda nº 01 ao PLCE nº 004/17, que passava de 1% a cada ano o desconto.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Colocaremos em apreciação quando ingressarmos na Ordem do Dia. Feito o registro, Ver. Idenir Cecchim.

O Ver. Professor Wambert está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. PROFESSOR WAMBERT: Sr. Presidente, colegas Vereadores, ilustre colega Líder do Governo, Ver. Cláudio Janta, peço sua especial atenção porque é importante que a cidade de Porto Alegre – você que nos assiste pela TVCâmara – saiba que quem instituiu a contribuição previdenciária para os servidores aqui do Município de Porto Alegre foi o PT do Governo Tarso Genro em 2001, mas o Cláudio Janta é que é o pelego...! Foram 28 votos “sim”, 5 votos “não”, sendo que os 9 Vereadores do PT votaram pela criação dessa alíquota de 6,75% para os servidores ativos e manutenção da alíquota para os inativos, mas o pelego é o Ver. Janta...! O pelego não é o PT, é o Janta...!

O governo profascista, totalitário do Governador Tarso Genro, demagogo – demagogo! –, como Ministro da Justiça, instituiu um piso que ele não ia pagar e jamais pagou! Esse demagogo cretino do seu governo... É bom que vocês vão, eu vou virar o microfone para vocês. (Aponta microfone para as galerias.) (Vaias.) Para a sociedade saber quem são vocês, quais são os interesses políticos e mesquinhos que vocês estão defendendo. Mas eu não terminei ainda. Em 2012, esse Governo Tarso Genro vetou o referendo para consultar a população sobre o regime previdenciário, mas o pelego é o Ver. Cláudio Janta, não é o Partido dos Trabalhadores...!

São palavras do Líder do Governo, Deputado Valdeci Oliveira, que eu vou reler aqui porque tem muito surdo nesta Câmara de Vereadores. Eu vou reler as palavras de um deputado do Partido dos Trabalhadores: “Eu não me impressiono e não me preocupo com as vaias [é o Deputado do PT que disse, eu assino embaixo], porque a maioria do povo gaúcho está apoiando essa proposta de aumentar a alíquota da previdência. Porque ela não quer que o recurso da saúde e da educação seja deslocado para pagar o passivo da previdência deste Estado”. Esse é um deputado do Partido dos Trabalhadores, mas o pelego é o Ver. Cláudio Janta...! Não é o Partido dos Trabalhadores!

Vereadores, eu nunca assisti a um espetáculo de hipocrisia e demagogia política e irresponsabilidade com a coisa pública como eu estou assistindo agora. Em 2024 o rombo da previdência será de R\$ 1,5 bilhão se nós não aprovarmos esse projeto que agora está em votação. Um bilhão e meio em 2024! Não vai haver mais previdência, não vai haver mais aposentadoria. Nós estamos, sim, nos dedicando a olhar a previdência buscando o bem comum e o bem-estar daqueles que vão se aposentar e buscando a melhora da situação da previdência. É isso que nós estamos falando aqui, Sr. Presidente e colegas Vereadores. Agora me admira: nós queremos a paridade, e o contribuinte, Ver. Cecchim, paga a mesma coisa que o servidor. E eu pergunto, Ver. Camozzato: por que o contribuinte tem que arcar sozinho? Por que o contribuinte que paga impostos para a saúde, que paga impostos para a educação tem que bancar o ônus de uma previdência pública? Eu tenho previdência pública como contribuinte compulsório do INSS e tenho duas privadas, porque sei que a preocupação com o meu futuro e com o da minha família...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

O SR. PROFESSOR WAMBERT: ...E há vaias, Sr. Presidente, que eu desejo ardentemente ouvir. Isto! Me vaiem, por favor. Há vaias que eu desejo ardentemente ouvir, porque vaias, dependendo de quem vêm, são verdadeiros aplausos. (Vaias.) Isto! Muito obrigado! Vaias, dependendo da fonte de onde partem, massageiam meu ego, porque mostram que eu estou no caminho certo, consciente das minhas convicções! Obrigado, Presidente. Está encaminhado o voto do PROS a favor do aumento da alíquota, para que os funcionários públicos de Porto Alegre permaneçam tendo direito a uma aposentadoria e à sua previdência pública. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo – às 15h14min): Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Em votação Requerimento de autoria do Ver. Idenir Cecchim, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 01 ao PLCE nº 004/17. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 140/17 – (Proc. nº 1830/17 – Ver. Cláudio Janta) – requer seja o período de Comunicações do dia 13 de julho “*in memoriam* às vítimas da tragédia com o voo JJ3054 da TAM, que completa 10 anos no dia 17 de julho de 2017”.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento nº 140/17. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 1311/17 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 004/17, que inclui a al. *d* no inc. I do art. 2º da Lei Complementar nº 505, de 28 de maio de 2004, que dispõe sobre alíquotas de contribuição previdenciária para fins de

custeio do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Porto Alegre.

Parecer:

- da **CCJ**. Relator Ver. Márcio Bins Ely: pela existência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto e das Emendas nºs 02, 03 e 04 (empatado).

Observações:

- Com Emenda nº 02;
- retirada Emendas nºs 01, 03 e 04;
- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, I, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 03-07-17 por força do art. 81 da LOM.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em discussão o PLCE nº 004/17. (Pausa.) O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para discutir o PLCE nº 004/17.

O SR. PROF. ALEX FRAGA: Boa tarde, senhoras e senhores que acompanham os nossos trabalhos e discussões na tarde hoje, colegas municipais, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos assiste pela TVCâmara. A ideia desse período inicial de discussão é justamente tentar trazer alguma luz aos fatos e assuntos que estão sendo debatidos e que, dentre em breve, serão votados aqui neste plenário. Eu gostaria de trazer um registro histórico. Em setembro do ano de 2001 foi criado, então, o sistema de previdência, conhecido atualmente como Previmpa, aqui no Município de Porto Alegre. Até então todos os servidores públicos desta Cidade tinham as suas aposentadorias custeadas integralmente pelo Município de Porto Alegre, pelo Município desta Cidade. E, a partir da data, foi feito um escalonamento progressivo que aumentava a contribuição dos servidores para justamente seu regime de aposentadoria, criando, então, o regime capitalizado. Nós tivemos o aumento progressivo desta alíquota a partir do ano de 2001, 4,75%; depois, ainda no ano de 2001, entre dezembro e agosto do ano seguinte, para 6,75%, depois para 9%, depois 10%, até chegarmos a 11%. Percebam que o nosso Município ao instituir esse sistema já aumentou a taxa de desconto e a contribuição de todos os servidores para a sua aposentadoria. Se isso não tivesse sido feito, todos estariam no regime simples atualmente. Porém, quando a Prefeitura mandou esse projeto para esta Casa Legislativa, a intenção era, justamente, a preocupação que o Prefeito desta Cidade diz ter hoje, e com isso a Prefeitura assume aqueles municipais que entraram até a data a responsabilidade total e integral no custeio das suas aposentadorias. (Palmas.)

É necessário que se faça esse recorte histórico, porque obviamente houve oposição por parte dos servidores, houve contrapontos, houve discussão, debate e manifestações contrárias, obviamente. Porém, quando a Prefeitura assume o compromisso e uma responsabilidade histórica em setembro do ano de 2001, ela se responsabiliza pela integridade do pagamento dos seus servidores até que eles faleçam,

ou que os pensionistas também o façam. O que estamos fazendo agora? Esta é, pura e simplesmente, uma maneira que o Prefeito achou de fazer caixa para o Município com o salário dos seus servidores. Não há preocupação com relação à saúde financeira. Se houvesse, o Prefeito estaria buscando recursos com obras que não foram finalizadas, com serviços que não foram prestados pelas empresas terceirizadas. Então, não há preocupação quanto à saúde desta Cidade. E, sim, o puro e simples ataque ao salário dos seus servidores. É isso que nós discutimos na tarde de hoje. A Prefeitura vem, manda um projeto para esta Câmara Legislativa para, pura e simplesmente, abocanhar 3% do salário dos trabalhadores e trabalhadoras do nosso Município. É isso que estamos discutindo.

Se esse desconto será progressivo ou não? Eu digo, a minha posição é não, não. Devemos ser contra o projeto e suas remendas ou emendas, como queiram chamar, porque ele é imoral, imoral...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

(Manifestações nas galerias.)

O SR. PROF. ALEX FRAGA: ...E eu gostaria de reforçar também que, quando esse projeto foi aprovado, o mesmo Governo Municipal que propôs esse aumento progressivo de contribuição dos servidores se responsabilizou também em arcar com duas vezes a contribuição patronal, duas vezes a contribuição que os servidores não fariam. Por que não há dignidade do Prefeito de assumir a mesma responsabilidade? Se ele propõe o aumento da alíquota para o servidor, por que a Prefeitura também não faz a sua parte e aumenta a alíquota de contribuição patronal do Executivo? Para nós é evidente, a única e exclusiva intenção é justamente prejudicar os trabalhadores e diminuir os seus salários. Um grande abraço a todos, fica aí a nossa repulsa a este projeto e a nossa posição: votaremos contrário, óbvio. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

(Manifestações nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Eu vou suspender a Sessão por alguns instantes só para nós colocarmos em funcionamento o painel. Estão suspensos os trabalhos.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h24min.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo – às 15h29min): Estão reabertos os trabalhos.

Vamos reiniciar a discussão do projeto. Já foi anunciado que nós temos uma capacidade nas galerias conforme estabelece o Plano de Prevenção e Proteção contra Incêndio desta Casa. Isso foi decidido na reunião de Mesa, comunicado no Colégio de Líderes e não será flexibilizado por uma questão de segurança.

O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra para discutir o PLCE nº 004/17.

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL: Por favor, senhoras e senhores, por favor parem um pouco e escutem! Senhoras e senhores, estou aqui como Presidente da Comissão de Finanças desta Casa; estou aqui como atuário, ou seja, quem entende de plano de previdência. Não estudei a fundo o assunto atuarial do Previmpa, estou estudando apenas a parte financeira do Previmpa e vou explicar, rapidamente. Estou vendo técnicos especializados da nossa Prefeitura aqui, algumas cabeças brancas, como a minha, que são responsáveis, então, peço a gentileza de me ouvir. O sistema de repartição simples tem 9.134 servidores ativos, 9.200 aposentados e 4.500 pensionistas. Isto é, a contribuição dos ativos é muito inferior à contribuição dos aposentados. Isso gera um déficit anual, a Prefeitura foi obrigada a colocar, no ano passado, R\$ 636 milhões. É o déficit da repartição simples, são os mais antigos, não são vocês, jovens. Já vou falar sobre vocês. Então, tem um déficit de R\$ 600 milhões anuais que tende a ser aumentado com o decorrer da ocorrência das aposentadorias. Essa contribuição de 3% irá gerar um valor de aproximadamente R\$ 4 milhões mensais. Ou seja, não vai influir grandemente no déficit, para esse, a Prefeitura tem que fazer a contribuição em dobro. A Prefeitura vai aumentar a sua contribuição. Então, R\$ 600 milhões é o déficit do sistema de repartição simples. O sistema capitalizável é diferente, é para os mais jovens, como vocês lá em cima. Esse, por enquanto, é superavitário, mas a médio e longo prazo, a partir de 2020, ele estará deficitário em aproximadamente R\$ 13 milhões. Portanto, senhoras e senhores, eu estou preocupado com o futuro da aposentadoria dos senhores e das senhoras, vai ter problemas daqui para frente. Eu sou aposentado pelo INSS e tenho, a meu prejuízo, um fator previdenciário que reduziu a minha aposentadoria de seis salários mínimos para dois e meio. Esse é o perigo que pode acontecer com o Previmpa! Eu estou colocando aqui, meu ilustre e competente amigo, não vão garantir a aposentadoria! Estou preocupado, por exemplo, com a aposentadoria da Ver.^a Sofia Cavedon, que já se encontra em abono de permanência, mas não vai receber, porque o prejuízo é evidente, não vai acontecer. Se não acontecer esses 3%, que irão diminuir o déficit, não vão acabar com o déficit, vão apenas diminuir, o que vai acontecer com a sua aposentadoria, minha senhora, é que vão reduzir bastante o valor para o final. Essa é a verdade, não adianta a pressão, vai acontecer prejuízos para os atuais aposentados e para as aposentadorias que virão. Vocês serão os responsáveis. Eu vou tirar uma foto do senhor, para quando eu disser que o senhor é o culpado da redução de aposentadoria das pessoas que merecem. Nós temos que ter responsabilidade com o nosso futuro. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para discutir o PLCE nº 004/17.

O SR. ALDACIR OLIBONI: Sr. Presidente, Ver. Cassio Trogildo; Vereadores e Vereadoras; municipais; cidadãos e cidadãs que estão acompanhando a nossa Sessão no dia de hoje; o Governo Marchezan não surpreende a nós na medida em que ele, no início do seu governo, já mandava para a Câmara Municipal projetos que não eram populares nem simpáticos à realidade da nossa Cidade. Quando mandou, por exemplo, o projeto da reestruturação administrativa do Município de Porto Alegre. Dava a impressão, a todos nós, que ele cortaria mais de 500 CCs, que ele faria uma mudança administrativa para poder dizer o quanto é importante cortar a dívida que ele mesmo diz que herdou. Mas, na verdade, ele fez mais barulho do que reduzir custos, principalmente com os cargos de confiança. Os próprios cargos de confiança dele, do secretariado, ele mandou o projeto para esta Casa, aumentando o teto dos seus salários; depois que ele percebeu que a Câmara Municipal não estava de acordo em determinar um teto que seria o próprio salário dele e liberar os procuradores, ele também acabou retirando o projeto de lei desta Casa, que era para acabar com a reposição, por dois anos, dos funcionários municipais. Depois disso, ao chegar na Prefeitura Municipal, fez um vídeo para que a população cobrasse dos Vereadores a atitude que nós tivemos aqui na votação. O Prefeito Marchezan dá uma demonstração que não é confiável, porque hoje, num dia tão importante, que era para ele estar aqui discutindo com os servidores, ele viajou para a França.

Nós percebemos que esta Casa tem autonomia de votar aqui matérias que são importantes para a Cidade, como já votou, na segunda-feira, por exemplo, uma série de projetos de lei que acabavam dialogando com o aumento da receita. Mas, infelizmente, para ele não é o suficiente. Sem contar que o Prefeito Marchezan quer privatizar instituições no nosso Município, como por exemplo, Ver. Alex, a Carris, o HPV... Eu queria pedir aqui um tempo para o nobre Presidente, uma vez que está se dando um tumulto ali na entrada do plenário e está difícil a população ouvir o que eu estou falando.

(Manifestações nas galerias.)

O SR. ALDACIR OLOBONI: Nobre Presidente, quem sabe vamos abrir a porta para que a população entre, até porque aqui é a Casa do Povo. Aqui é a Casa do Povo!

(Som cortado, conforme determinação da presidência dos trabalhos.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Vereador, o senhor não vai comandar a Casa da tribuna, como orador. Suspendo os trabalhos e solicito que o Ver. Oliboni venha até à Mesa. (Pausa.)

Solicito que as assessorias deixem o plenário. Por favor, todas as assessorias deixem o plenário, solicito que a segurança nos auxilie, se for necessário. Somente os Vereadores fiquem no plenário. O Terres está convidado a permanecer, pois está aqui tratando com a Mesa e com os Líderes.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h45min.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo – às 16h50min): Estão reabertos os trabalhos.

O pessoal que está lá fora vai agora fazer o cadastramento e, ao longo da Sessão, vai ingressando para acompanhar os trabalhos.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Presidente, o que o Simpa nos traz é que o pessoal lá fora não quer cadastrar...

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Vereadora, por favor, eu fiz as tratativas com o Simpa, se a senhora quiser se aproxime da Mesa.

(Manifestação nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Por sugestão da Ver.^a Sofia e da Ver.^a Fernanda, o cadastramento se dará a partir da fotografia do crachá lá no cadastro. Vai ser simples e rápido. Fotografaremos o crachá funcional e estarão autorizados a ingressar. E logicamente identificados com a tarjeta do cadastramento.

O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para discutir o PLCE nº 004/17.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, eu acho que tudo na vida é coerência, e a coerência é uma coisa muito difícil na política. Eu quero ler aqui, já foi lido, mas eu quero ler novamente o discurso do Deputado Valdeci Oliveira na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Eu não me impressiono e não me preocupo com vaias, porque a maioria do povo gaúcho está apoiando essa proposta, porque ela não quer que o recurso para a saúde, educação seja deslocado para pagar a previdência deste Estado, pois este discurso é do Deputado Valdeci Oliveira, Líder do Governo do PT, na Assembleia Legislativa. Eu digo isso, Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, para dizer que, infelizmente, a coerência se amolda às circunstâncias e às conveniências. Eu não tive dificuldade alguma, há poucos dias, mesmo sofrendo pressões, as mais diversas, de inúmeros segmentos da sociedade, de rede sociais, do Governo – e todos sabem sou independente, nossa bancada é independente – de manter o gatilho salarial, porque acho que é uma questão de justiça. Eu disse naquele instante: não me conforta ver o operário da SMOV, o operário do

DMAE, que ganham R\$ 700,00 por mês, que já teve cortada as horas extras de R\$ 250,00 a R\$ 300,00, ter retirado dele, além das horas extras, o gatilho de 4%, que não é reajuste, segundo o próprio STF já decidiu, é apenas reposição salarial. E com muita tranquilidade votei contra o Governo e estive do lado da opinião ou da manifestação dos municipais que estavam aqui.

Agora fiz uma pergunta no dia de hoje a vários amigos municipais que, inclusive, trabalharam comigo quando fui Secretário por duas vezes e a quem tenho o maior respeito e tive com relação a eles a melhor convivência possível. Abro parênteses, eu acho, sim, que o servidor público merece toda a dignidade e todo o respeito, e acho que ele precisa estar sendo bem tratado para fazer um bom trabalho à sociedade, que é a quem se destina o trabalho dele. E perguntei a essas pessoas que me passaram algumas mensagens no WhatsApp: o Município paga 18% ou 20% daquilo que tinha sido acordado; os municipais pagam 11%; o Governo está propondo que aumente para 14% porque há um déficit, e os municipais estão dizendo não, nós não queremos aumentar para 14%. Pois bem, para enfrentar esse déficit, quem paga a conta, Srs. Vereadores? Quero fazer a pergunta, Sr. Presidente, quem paga a conta? A população, o contribuinte? Por que – eu pergunto – tem que 1,5 milhão de habitantes da nossa Cidade, famílias, pagarem a conta, sendo que os beneficiários da aposentadoria são os 31 mil servidores do Município? Por que é que nós temos que impor? Mas então vamos fazer um plebiscito, se é isso. Se estão reclamando de falta de democracia, vamos fazer um plebiscito, vamos perguntar ao 1,5 milhão de porto-alegrenses se eles querem pagar a conta dos 31 mil municipais! No final das contas, quem é que vai receber a aposentadoria? É o 1,5 milhão de contribuintes porto-alegrenses ou são os 31 mil municipais? Quem são os beneficiários? Os beneficiários do plano de aposentadoria são os municipais! É importante que tenha plano de aposentadoria? É importante. É importante que isso dê dignidade para o futuro, para o momento em que não trabalhamos mais? É importante. Tem que ter sustentabilidade? Tem que ter sustentabilidade. Então, todos têm que contribuir para isso, mas não imponham essa conta aos demais porto-alegrenses, contas que são dos municipais! Então, volto a dizer, não tive dificuldade, Srs. Vereadores, de manter o reajuste, mesmo contra a posição do Governo, mas pela mesma justiça que me norteou naquele momento, de novo, tenho muita tranquilidade em ter essa posição hoje, porque perguntei, democraticamente, às pessoas que me passaram mensagens: quem paga a conta? As pessoas me responderam: “O Tesouro”.

E eu vou responder a vocês: não existe Tesouro! O Tesouro é feito dos impostos que são cobrados das pessoas! E as pessoas não têm obrigação de pagar isso, porque os beneficiários são vocês! Então, o Governo paga 20% e os funcionários pagam as suas partes, e terão uma aposentadoria com dignidade, que é o que todos nós queremos. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para discutir o PLCE nº 004/17.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Sr. Presidente, eu acho que dois erros nunca fazem um acerto. Sistemáticamente os Vereadores que são favoráveis a esse projeto absurdo de confisco de salário vêm usar as falas quando o Governo Estadual, do Governo Tarso Genro, tentou fazer um projeto dessa magnitude na Assembleia Legislativa e no Governo do Estado ampliando a alíquota da Previdência. Nós temos muita tranquilidade – nós, do PSOL, sei que os servidores também –, porque estávamos lá lutando contra esse absurdo na Assembleia Legislativa. Então, não tentem colocar dois erros como se fosse um acerto.

O segundo tema: eu me espanto com alguns discursos, não só com as coisas que nós vimos hoje durante a Sessão plenária, de um governo que não tem força social, não tem capacidade de mobilizar pessoas para defender um projeto que ataca servidores, tanto é que veio essa tropa de choque protofascista, provocadora, que esteve boa tarde da tarde aqui, provocando o conjunto dos servidores, inclusive Vereadores desta Câmara. E eles repetem o discurso que é muito grave e que felizmente o povo não compra, Ver. Tarciso Flecha Negra, que é o discurso de que não tem dinheiro para a saúde, para a educação por conta do salário dos servidores. Eu queria fazer um desafio para o Líder do Governo, Ver. Cláudio Janta, e para o Ver. Valter Nagelstein de fazer alfabetização de crianças sem professores nas escolas! Vamos ver se eles conseguem! Fazer atendimento na saúde pública sem enfermeiros, sem médicos, sem assistentes sociais. Vamos ver se vai funcionar os CRAS sem assistentes sociais, aliás, não está funcionando porque o Marchezan não chama os concursados diante do verdadeiro colapso na assistência social provocado pelo Governo Marchezan. Quero ver ter uma política de prevenção à violência nas escolas – na semana passada, a Escola Pessoa de Brum foi vítima, mais uma vez, de um tiroteio, por duas vezes, dentro da escola, as professoras com as crianças –, se não for a Guarda Municipal, que tem sido usada por este Governo para atacar seus colegas ao invés de defender a segurança da população. Com todo o meu respeito aos servidores da Guarda, que estão sendo atacados hoje, também, como todo mundo que está plenário... E quero fazer o registro de que fui agredida por esses seguranças terceirizados que estavam aqui na Câmara, que me agarraram de maneira violenta ali na porta, assim como o colega Jonas, que está sendo atendido no ambulatório, o colega Delfino, como colegas que sofreram os assédios aqui relatados. Mas eu quero fazer esse registro até por respeito aos guardas municipais e ao chamado que nós precisamos fazer aos colegas, porque, diante deste projeto, todo mundo perde, e a gente sabe que o Marchezan tenta usar os trabalhadores como tropa de choque dos seus interesses para atacar o conjunto dos servidores municipais. Mais do que isso: uma discussão de que os beneficiários não gostariam de pagar essa conta porque o contribuinte não tem nada a ver com isso. Primeiro, os municipais também são contribuintes, também pagam impostos. Todos pagam impostos. Segundo, se tem algum responsável pela crise tanto nacional, que é o que diminui o investimento do fundo de participação dos Municípios e que tem impacto nos Municípios, por óbvio, é

justamente o governo que governou para os banqueiros, para o agronegócio, que governou para a corrupção, porque o chefe da quadrilha é o Presidente, hoje. Olhem que coisa! O chefe da quadrilha é o Presidente do Brasil. Um Governo ilegítimo, sem moral nenhuma. E aí querem dizer que a culpa de não haver dinheiro para a saúde e para a educação é dos servidores. Por favor! Quanta demagogia! Mais do que isso: querem dizer que a culpa é dos servidores e, ao mesmo tempo, ninguém fala aqui dos milhões que foram roubados no DEP e que a base do Governo não assina a CPI para que a gente possa investigar. Ninguém fala, ninguém fala dos milhões que foram roubados da FASC e que a base do Governo não assina a CPI para que a gente possa investigar.

O Sr. Roberto Robaina: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Eu só queria aproveitar o aparte para fazer um pedido para a Mesa, porque eu sei que teve um acordo com o pessoal para entrar...

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Ver. Robaina, esse não é o objeto da discussão. Por gentileza...

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Eu cedo o aparte.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Mas esse não é o objeto da discussão.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Mas é também, Cassio.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Ver. Roberto Robaina, o senhor não vai administrar a Casa pelo microfone de apartes. Já está bem tratada como será a entrada dos servidores municipais. Então, por favor, Ver.^a Fernanda, este não é o tema, e a senhora continue a sua manifestação no tema, por favor, se não vou interrompê-la também.

(Manifestações nas galerias.)

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Mas quando nós estamos falando, Cassio, da Casa do Povo e da presença dos servidores municipais, por óbvio, nós estamos falando do tema, que são os servidores que não vão poder acompanhar a votação e a discussão na tarde de hoje. Houve uma situação de tensionamento, de violência, de agressões. Foram retirados os MBL, os provocadores, há uma vitória na categoria, mas, por óbvio, tem centenas de pessoas lá foram que querem entrar, então o pedido do Roberto seria da suspensão da discussão até que o conjunto da categoria possa entrar, e eu endosso aqui na tribuna esse pedido. Concluo dizendo da gravidade da situação que nós estamos vivendo, num ataque brutal ao conjunto de servidores, de um confisco salarial promovido pelo Governo Marchezan, de um ataque ao conjunto dos serviços públicos, porque quem está na plateia é quem faz os serviços públicos da

ponta, não os Vereadores, como alguns falaram aqui. Então, nós achamos que é possível derrotar este projeto, e mais que isso, garantir a democracia e a entrada dos trabalhadores. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Apregoo a Emenda nº 05, de autoria do Ver. Reginaldo Pujol, ao PLCE nº 004/17.

Esclareço que os servidores municipais estão sendo cadastrados, e o fluxo de entrada aqui no plenário está sendo conforme acordado com o Simpa.

O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir o PLCE nº 004/17.

O SR. ADELI SELL: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, este deveria ser o grande momento da Câmara Municipal de Porto Alegre no primeiro semestre – o grande momento. Perdemos esta oportunidade. Deveríamos ter dois, três dias de debates sobre os problemas institucionais. Eu fiz uma provocação dias atrás, aqui, inclusive, no sentido de que a Escola do Legislativo pudesse fazer um grande debate sobre a repartição dos Poderes. Afinal de contas, por que estamos maculando uma tradição histórica herdada de Montesquieu, de uma divisão do Legislativo, do Judiciário e do Executivo? Eu pergunto: por que razão? Quem ganha com isso? Certamente não será a democracia. Certamente não será o Estado Democrático de Direito.

E a economia? A economia não vai bem. A economia não vai bem no Brasil; a economia não vai bem no mundo.

Nós estamos vendo que o debate sobre a questão da aposentadoria, o debate sobre as questões do mundo do trabalho não são uma divisão entre esquerda e direita como quiseram fazer crer aqui e querem continuar fazendo crer. Eu não acho que a Rússia seja um exemplo de governo democrático nem de esquerda. No entanto, a aposentadoria é aos 55 para as mulheres e aos 60 para os homens. Discutem aumentar alíquotas, discutem mudanças, mas não conseguiram. A China - que ainda se diz comunista, mas de comunista não tem absolutamente nada - é um Estado centralizado. Há 31 províncias da China que necessitam do dinheiro centralizado para resolver os seus problemas dos fundos de pensão. Fala-se muito da Venezuela, que, para mim, não é um exemplo a ser seguido, porque não paga, por exemplo, as aposentadorias daqueles que saíram do país. No Rio Grande do Sul, alguns dados têm que ser corrigidos: nunca foi de 16,5%; são 13,5%.

E vamos aqui um pouco à história de Porto Alegre. O que havia na época do Montepio? As senhoras e os senhores servidores sabem muito bem: o Montepio não era um fundo de previdência; o Montepio pagava pensões. E se estou bem lembrado, porque não tenho os números todos à mão, chegava a 60%. Então, o Montepio era uma história antes de 2001. Depois foi feito um processo, compactuado com os servidores, nós chegamos a denominadores comuns e na época nós achávamos que 11% era uma

babilônia. Então, quem acha que na época erramos erra mais agora quando quer aumentar de 11% para 14%, ou não é verdade? Ou não é verdade?

Eu faço a retrospectiva histórica para que o bom debate seja restabelecido. Independentemente da votação de hoje, o mundo não terminou; independentemente da votação de hoje, a vida em Porto Alegre continua e precisamos estar atentos à defesa do serviço público de qualidade, com pessoas que estejam na ponta com segurança. Hoje é inseguro na escola e é inseguro no posto de saúde. Ou não é? E tem mais: em alguns lugares há não uma superjornada e uma superocupação de servidores, mas uma hiperocupação, porque faltam servidores em muitas áreas. Às vezes, numa escola, uma professora ou professor, um servidor tem que se desdobrar em três para dar conta do recado para as crianças não ficarem abandonadas. Não é diferente nos postos de saúde. Por isso, em defesa do serviço público de qualidade, o meu voto é não. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir o PLCE nº 004/17.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, colegas, ainda bem, agora sim estão os legítimos interessados no tema dentro do plenário. E eu discordo e quero lembrar, Vereadores, que os 31 mil municpários, suas famílias, seus parentes são contribuintes. Pagam impostos, pagam bem caro pela alíquota do Previmpa, da previdência, e pagam imposto sobre tudo, IPTU, IPVA, ISS, impostos sobre os produtos, portanto financiam a todos nós, ao Prefeito Municipal, que está em Paris, e a todos os funcionários municipais. Então não vamos por esse caminho que está errado. Está errado quem é que financia, quem assume esse déficit. Quem assume os regimes, que são dois de previdência, somos todos nós! Queria dizer isso ao Ver. Valter Nagelstein, porque é injusto, é perverso e entra num tom de um Prefeito desrespeitoso e agressivo com a categoria.

A outra questão muito importante, eu falei com o Ver. José Freitas e com o Ver. Alvoni, a Constituição Federal determina, e a Procuradoria escreveu aqui, nos artigos 40, 150 e 195, Ver. Mauro Zacher, que a alteração, Ver. Cecchim, das alíquotas de contribuições previdenciárias de regimes próprios de previdência de servidores públicos exige prévio cálculo atuarial apto para demonstrar a preservação do equilíbrio financeiro atuarial, a correlação entre a contribuição e a correspondente fonte de custeio, bem como a não caracterização do desvio de finalidade e a utilização do tributo como efeito de confisco. Está na Constituição Federal.

E o Previmpa, que só foi notificado, aliás, que foi avisado pelo Prefeito que tinha esse projeto de lei. O Previmpa, na sua lei de criação... E foi na criação que nós votamos na alíquota de 11%, nós todos, todos os partidos desta Casa, difícil para os municpários, na época, fizemos uma graduação, mas é porque houve uma mudança na legislação Federal. Hoje o Previmpa é um órgão superavitário e saudável. O Previmpa, mesmo não consultado, fez, Ver. Tarciso, um cálculo atuarial, está aqui o cálculo

atuarial do Previmpa, Nedel. Está aqui o cálculo atuarial, a avaliação atuarial 2017. E o Conselho do Previmpa se manifestou, Ver. Cassiá Carpes, a esta Casa, ao Prefeito, a todos nós e disse: “O cálculo atuarial está bem equacionado”, Ver.^a Mônica. E o Conselho do Previmpa não é só servidores, corporativos, preocupados com a sua vida e com o seu recurso. O Conselho do Previmpa é 50%, Ver. Adeli, funcionários eleitos; 50% indicados pelo Governo. Então, a Constituição Federal manda que tenha cálculo, a lei municipal fala que é o Previmpa que define a alíquota a partir do cálculo do seu Conselho de Administração. Portanto, a Constituição Federal também diz que não pode ter confisco salarial, trabalhar com esse tipo de alíquota para confiscar salário. Então, se a procuradoria da Casa aponta e diz: “Neste caso é confisco salarial”. A procuradoria aponta e diz, e a CCJ também. Então, nesta votação, vou deixar muito claro aqui, nós vamos votar se nós vamos confiscar salário, ou não vamos confiscar salário. Não há nada técnico aqui. Eu sou gravidade, se nós vamos ou não confiscar salário. Essa é a votação, porque o Prefeito diz na Exposição de Motivos que ele quer poupar R\$ 30 milhões confiscando salários. E eu vou concluir, então, dizendo que a nossa responsabilidade é enorme, Ver. Mauro Zaccher, porque o Prefeito desrespeita a lei; o Prefeito desrespeita o cálculo atuarial; o Prefeito quer confiscar salário para aliviarem as suas contas. Ele que mostre competência e trabalhe com outras fontes de recursos – ele que mostre! Ele que mostre gestão! E não faça que a Câmara de Vereadores descumpra a legislação, desrespeite o Previmpa, desrespeite a história desta rede municipal, desta rede de funcionários, desrespeite a Constituição e confisque salário em pleno arrocho salarial dos municipais em Porto Alegre. É isso que está acontecendo. E esta Câmara é muito maior que isso, esta Câmara não é Governo de ocasião, não é Governo irresponsável, não é Governo que desrespeita municipal, portanto não ao confisco salarial dos municipais. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para discutir o PLCE nº 004/17.

O SR. ROBERTO ROBAINA: Eu acho que há momentos em que a Câmara dos Vereadores precisa cumprir um papel de defesa da Cidade. O que nós vimos aqui hoje foi um desrespeito com a Cidade, um desrespeito com a democracia e um desrespeito com os servidores públicos. (Palmas.) Uma votação desta importância feita sem um debate. Este grupo, que em 2015, 2016 ensaiou ser um grupo forte com capacidade de mobilização, este tal de MBL, este MBL que foi entusiasta apoiador do Temer, se esvaziou, perdeu capacidade de mobilização e tenta aparecer hoje como se representasse, de fato, algum setor social com capacidade de mobilização. E fazendo esta farsa como política disse que iria hoje vir à Câmara dos Vereadores defender o projeto do Governo, que defende o MBL, que é o Governo do Marchezan. Anunciou isso nas redes sociais, e isso foi utilizado para criar na Câmara dos Vereadores uma lógica como se este MBL, este grupo que começou liberal e está começando a ficar de

um certo fascismo ainda pouco empolgado. (Palmas.) Eles não ocuparam nem 5% de toda a galeria do plenário, que ficou vazia enquanto os servidores, lá fora, eram reprimidos pela Guarda Municipal paga o com o próprio salário dos servidores e da população! Então, não é um problema qualquer. Há um desrespeito, Ver. Mauro Pinheiro, que é do partido REDE; o REDE é o partido da Marina e está em oposição ao Temer, Mauro Pinheiro, não é possível que aqui tu votes com Marchezan o confisco do salário dos servidores! A Ver.^a Nádia é servidora pública! É servidora pública! O Dr. Jorge, Diretor do Simers, está aqui; o Simers fez uma campanha para que a Frente Parlamentar da Segurança Pública, impulsionada pela Ver.^a Nádia, tivesse respaldo social – e o Simers fez muito bem –, mas a Ver.^a Nádia tem que saber que, para que haja segurança pública, é preciso ter respeito aos servidores, não se pode aceitar confisco de salários. O Janta não dá bola para isso, o Janta não dá bola para servidor público, aliás, eu acho que o Janta não dá bola, sequer, para trabalhador assalariado, porque está aceitando ser líder de um Governo reacionário – acho que vais perder, Janta. Não dá! Qual é o apelo, Dr. Thiago? Ajude os servidores a não terem o seu salário confiscado. Então, a discussão que está aqui nesta Câmara é simples: o Governo Marchezan não está fazendo política responsável em relação à previdência; o Governo Marchezan está confiscando os salários, está fazendo redução nominal de salários, e ainda utiliza a Guarda Municipal para reprimir servidor público! Por isso, é um apelo que se faz, eu faço um apelo, Ver. Cassiá, para que os Vereadores pensem que confiscar salário de servidor não ajuda à Cidade. Esse é o apelo, e é um apelo simples. Pelo menos, debatam mais, vamos debater mais o assunto, por que vocês querem construir uma maioria, conversada, negociada, conversando no ouvido de Vereador, pressionando Vereador. Façam, então, a maioria real, que vocês não têm! Se nós tivermos um debate democrático, vocês não têm maioria, se vocês não tiverem uma política que seja política de pressão! A população de Porto Alegre tem que debater o assunto. Se vocês têm maioria na Cidade, então debatam mais! E, aí, a Câmara Municipal vai votar com habilidade, com tempo suficiente para que se forme a opinião da Cidade e para que esta Câmara vote de acordo com os interesses da Cidade. Esse é o apelo para os Vereadores, sobretudo para aqueles que têm alguma relação com os servidores públicos e com a oposição ao Governo Temer. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para discutir o PLCE nº 004/17.

A SRA. COMANDANTE NÁDIA: Boa tarde, Sr. Presidente, colegas Vereadoras e Vereadores, fico muito feliz de estar aqui... Presidente, vou pedir, por um momento, o silêncio.

(Manifestações nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Eu solicito às galerias que nos auxiliem na condução dos trabalhos. Os servidores estão ingressando, ocupando os dois lados das galerias. Agora, nós precisamos de respeito à fala dos Vereadores quando estiverem na tribuna, independentemente do Vereador. Após as manifestações, sempre abrirei tempo para as galerias se manifestarem. Ver.^a Comandante Nádia, por favor, continue.

A SRA. COMANDANTE NÁDIA: Muito obrigada, Presidente. Quero dizer a todos que aqui estão que não iria me manifestar, mas, como fui chamada – estava lá no meu gabinete ouvindo a tribuna – pelo nobre colega Ver. Robaina, fiz questão de aqui estar para responder. Primeiro, a matéria aqui falada é a respeito da previdência; mas, já que o Ver. Robaina avançou um pouco no tema, também fico muito à disposição de avançar. Primeiro, Ver. Robaina, o Simers, que é o Sindicato Médico do Rio Grande do Sul, compreende muito bem o que é segurança pública, e segurança pública não é o que o senhor e o seu partido fazem na rua. Segurança pública não é ficar atirando pedra nos brigadianos, não é ficar atirando...

(Manifestações nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Solicito às galerias que nos auxiliem e solicito à Ver.^a Comandante Nádia que tratemos do tema, que é o projeto de lei que está em discussão.

A SRA. COMANDANTE NÁDIA: Obrigada. O Simers compreende que segurança pública se faz com investimento, e investimento também perpassa contribuição. Contribuição de todos os porto-alegrenses, que são 1,3 milhão de pessoas. E que todos e todas, que são trabalhadores, que devem, sim, se preocupar com segurança, e segurança é estar aposentado também recebendo, na integralidade, os seus proventos, é sobre o que esta Câmara está hoje conversando. Quero dizer que a segurança pública, pelo entendimento do Simers... E com muito orgulho eu conversei com o Dr. Argolo, que é o Presidente do Sindicato dos Médicos, que compreendeu totalmente o motivo e a motivação de que se tenha o aumento dessa alíquota.

(Manifestações nas galerias.)

A SRA. COMANDANTE NÁDIA: Quero dizer que democracia é ouvir também o outro lado; é escutar. Eu vejo alguns Vereadores – Ver. Robaina, Ver. Alex, Ver.^a Fernanda, Ver.^a Sofia, Ver. Oliboni, Ver. Adeli – falando com muita tranquilidade e as galerias escutando. Agora, os Vereadores que têm mandato legítimo também, como os que estão aqui e eu os reverenciei, não podem se manifestar quando são contrários. Democracia é também se falar no que não se quer. Continuo dizendo que hoje nós temos que ter consciência do que queremos para o futuro.

Eu sou funcionária pública do Estado e, anos atrás, o Governador Tarso Genro também aumentou a alíquota. Por óbvio que as pessoas não acham no momento em que dizem que vão perder salário e não compreendem o total, hoje, ninguém está perdendo o salário, está investindo no seu futuro, porque as crianças e os adolescentes, que são nossos filhos e estão nas escolas, com certeza não conseguirão se aposentar, porque infelizmente o Governo do Lula e da Dilma usaram o dinheiro da Previdência em outras ações que não para o povo brasileiro. Quero dizer aqui que segurança pública se faz com dinheiro e com investimento. E todos nós porto-alegrenses somos responsáveis por essa segurança pública. Robaina, segurança pública não é atirar pedra e coquetel molotov nas viaturas dos brigadianos. E teve Vereador, na última greve, na parede, respondendo, porque foi preso por estar fazendo horrores contra a Brigada Militar. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o PLCE nº 004/17.
(Pausa.)

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (Requerimento): Sr. Presidente, requeremos o adiamento da votação do PLCE nº 004/17 por cinco Sessões.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Eu peço a colaboração das Sras. Vereadoras e dos Srs. Vereadores: eu vou acatar, no microfone de apartes, apenas requerimentos e questões de ordem.

Em votação o Requerimento de autoria da Ver.^a Fernanda Melchionna.
(Pausa.) A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de sua autoria.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Eu, de fato, tenho a convicção de que, a cada dia que passa, nós ouvimos mais absurdos. Eu ouvi muita bobagem nesta Câmara de Vereadores, quero confessar a vocês, mas hoje a Comandante Nádia se superou. Em primeiro lugar, Nádia, nós não atiramos pedra em viatura, ou coquetel molotov, ou qualquer coisa, como a senhora, de maneira desonesta e de forma caluniosa, falou na tribuna. Mas eu nem vou entrar nesse tema. Eu vou entrar no tema de que segurança pública se faz pagando salário, o que o seu Governo, o Sartori, não faz ao conjunto de servidores da segurança pública; se faz respeitando os trabalhadores, o que o Presidente Temer, do seu partido, o chefe da quadrilha, não faz, querendo aprovar uma reforma da previdência que ataca os direitos dos trabalhadores. Vocês não são da base do Governo, eu sei que o Carús, inclusive, vai votar contra esta matéria. Infelizmente, ao que me conste, é o único do PMDB que declarou que não votará a favor do confisco dos salários, pelo menos, por enquanto, quero deixar este registro, não falo em nome dos outros. O que o Marchezan vem fazendo, confiscando o salário de servidores, não garantindo a reposição da inflação, fazendo confisco de mais de 8% nos

salários de todos os servidores, que é quem faz segurança pública, que é quem educação, que é quem faz a assistência social, que é quem faz a saúde. E o que é inaceitável, é usar a tribuna para dizer um pensamento que não representa. Eu não tenho procuração, Dr. Thiago, para falar em nome dos médicos, mas tenho certeza de que os médicos são contra este projeto, porque o Simers está aqui, mobilizando junto conosco. E o Dr. Thiago está dizendo que não só ele, mas os médicos são a favor! E aí a Vereadora vem aqui nos atacar para não explicar por que vai votar dessa forma – é isso que tem que explicar aqui da tribuna! É exatamente isso que tem que ser o objeto da discussão. Eu não vou responder calúnia, embora, muitas vezes, elas mereçam ser respondidas; as calúnias são os argumentos de quem não tem argumentos nem coragem de defender a sua posição política, nem coragem de dizer da tribuna por que vai votar contra os servidores.

O Ver. Valter falou a favor do projeto e sobre o seu voto de confiscar o salário da categoria, falou dos contribuintes, e eu respondi que todos os servidores, por óbvio, são contribuintes. Falou dos serviços públicos como se o salário dos trabalhadores fosse o responsável, e eu respondi isso da tribuna. Mas ele falou de um tema que não dá consequência a este tema, e metade de vocês não estava aqui, porque, infelizmente, tivemos as portas trancadas e um conjunto de agressões à categoria que queria entrar para ver o projeto que dizia respeito a ela. Vocês não ouviram a intervenção dele; ele falou que se fosse feito um plebiscito, a Cidade apoiaria o projeto do Marchezan – então, por que não fazer um plebiscito, Vereador? Por que votar hoje o projeto? Por que não votar hoje o requerimento, adiando a votação por cinco Sessões?

A categoria não tem medo de democracia, quem atende à população nos CRAS são os servidores concursados, não são os CCs do cabide de empregos usado para construir uma base alugada. Quem atende à população nas escolas, faça chuva ou faça sol, sob tiroteio, como está acontecendo na Restinga, enquanto os guardas são usados como tropa de choque para nos agredir, deixando as escolas desguarnecidas – usados pelo Marchezan. Quero me dirigir aos colegas da Guarda Municipal, que também estão sendo atacados no dia de hoje, e dizer que, às vezes, é necessário desobedecer e voltar a sua farda contra aqueles que os atacam, e quem os ataca é o Marchezan e não o Simpa, o Cecores, os municipais. Nós estamos fazendo um encaminhamento concreto, um adiamento por cinco sessões, para que se passe o recesso e para que um amplo debate seja feito na Cidade sobre as causas da crise e sobre as alternativas para enfrentá-la. Nós temos a convicção de que as causas da crise foram os maus governos, que governaram para os ricos e para os políticos, que transformaram a Prefeitura em cabide de emprego, que colocaram quadrilhas no DEP, na FASC...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: ...aliás, quadrilhas que seguem na Prefeitura, empresas que foram investigadas por corrupção.

(Aparte antirregimental do Ver. João Carlos Nedel.)

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Ver. Nedel, não adianta me atacar aí de baixo, até porque eu estou falando do PP, do seu partido, que estava lá no DEP, que estava lá na FASC e que tem milhões, milhões envolvidos nessa falcatura. Não adianta me intimidar na tribuna! Não me intimidarão!

Nós temos a convicção de que a causa da corrupção são os maus governos. Foi a corrupção, foram os CCs, foi o dinheiro para os ricos e não para as áreas sociais. Para enfrentar a crise é preciso taxar os ricos, é preciso cortar CCs, mas é preciso investir em serviços públicos. E o que eles têm medo é que o povo está acordando para isso. As ideias da extrema-direita, como desse grupo minúsculo que tentou mobilizar e veio com 15, estão perdendo força na sociedade. A greve geral do dia 28 já demonstrou, o 24 de maio, em Brasília, já demonstrou, e eles têm medo dessa demonstração da força da classe trabalhadora brasileira. Não passarão!

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Dr. Thiago está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria da Ver.^a Fernanda Melchionna. (Pausa.) O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria da Ver.^a Fernanda Melchionna.

O SR. ROBERTO ROBAINA: Agora, a proposta nossa é que seja adiada a votação, para que haja mais debate. Eu observo que, até há pouco tempo, nós estávamos, por exemplo, com o Ver. Dr. Goulart na Casa; agora, ele já foi substituído pela Suplente – não sei se o Ver. Dr. Goulart teve algum problema, mas ele não está na Casa. Então eu preciso esclarecer...

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Ver. Roberto Robaina, nós estamos encaminhando o requerimento de votação. As questões...

O SR. ROBERTO ROBAINA: Eu estou tratando sobre a necessidade de haver mais debate, de haver um adiamento para que haja mais informação. Por exemplo, Presidente Cassio, eu falei agora com o Presidente do Sindicato Médico do Rio Grande do Sul – Simers, Dr. Argollo, por telefone. Há pouco tempo, a Ver.^a Comandante Nádia deu uma informação sobre o Presidente do Simers, e o Dr. Argollo me deu autorização para desmentir a informação da Vereadora. A Vereadora falou na tribuna que ela conversou com o Presidente do sindicato dos médicos, Dr. Thiago, na tribuna. E o Ver. Dr. Thiago está falando algo que o Dr. Argollo acaba de me dizer; inclusive o Dr. Argollo pediu para a Ver.^a Comandante Nádia que não votasse este projeto.

Então, é o oposto. É preciso ter a informação verdadeira. O Presidente do sindicato dos médicos tem que falar com um Vereador pelo telefone, já que o Dr. Jorge,

que está aqui, representando o sindicato dos médicos, não pode usar a tribuna – o Dr. Argollo fez questão de me dizer isso –, por favor, use a tribuna em nosso nome e esclareça que a posição do sindicato dos médicos é contra o confisco salarial dos servidores públicos municipais. Então, o apelo é que se adie. Ver. Mauro Pinheiro, é um apelo; Ver. Matheus, é um apelo. Nesse caso, aqueles que não estão totalmente fechados com o projeto do Governo Marchezan precisam dar a suspensão da dúvida para que a sociedade possa debater; caso contrário, é um voto às cegas, porque ninguém vai nos convencer que existiu debate nesta Câmara de Vereadores; tudo o que ocorreu é o oposto do debate: tivemos agressão física a servidores públicos municipais. Se essa é a sua política de segurança pública, Ver.^a Comandante Nádia, lógico que estamos em lados opostos. Nós não temos problema em estar do lado oposto ao da Ver. Comandante Nádia, só o que estamos pedindo é que os Vereadores deem tempo para que este debate possa ser feito. A imprensa vai cobrir a Sessão de hoje.

Então, Ver. Cecchin, acho que vale a pena o PMDB ter uma posição independente. Por que vocês vão dar rapidamente um voto a favor do Marchezan sem debater um pouco mais? É só isso que nós estamos pedindo. Não estamos pedindo, sequer, que vocês votem conosco. O Valter fica enlouquecido, porque parece que o Valter é pró-Marchezan. Valter, ajude a ter mais debate! Tu não és um Vereador que diz sempre que gosta do grande debate? Pois façamos o debate! Exponham para a sociedade. Nós queremos expor para a sociedade que o que o Governo Marchezan está fazendo é um confisco salarial aos servidores, não é uma política previdenciária – essa é a demanda! É uma demanda responsável, embora, talvez, o meu tom seja polêmico, mas o meu objetivo não é polemizar, é unir a Câmara de Vereadores com uma posição sensata de mais debate num tema tão polêmico. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria da Ver.^a Fernanda Melchionna.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Eu queria defender o adiamento, porque eu acho que há muitos elementos aqui ainda não estudados, avaliados corretamente pelos Vereadores e pelas Vereadoras. Eu lamento que as falas defendendo o projeto foram pouquíssimas! Na verdade, vieram atacar o PT, atacar o PSOL, atacar os funcionários públicos, mas fundamentar, Ver.^a Comandante Nádia, a sua convicção de que tem que confiscar os municipais, eu não ouvi fundamentação nenhuma – não ouvi fundamentação nenhuma! Nós, desde o início do ano, estamos enfrentando um Governo que mente sobre os números da Prefeitura de Porto Alegre – que mente! Entrou em janeiro falando em um milhão de déficit, entrou em fevereiro dizendo que ia parcelar salário. Esse parcelamento agora foi só para não ficar muito feia essa mentira, porque nós vimos que havia recursos, o que significa passar um pouquinho de nada, dois, três dias depois. Esse Governo vem mentindo para fazer da crise – da suposta falsa crise –

uma crise verdadeira. E é isso que vai fazer com toda a perseguição que está fazendo aos municipais, um assédio moral aos municipais, a imposição da rotina escolar, uma rotina que retirou tempo dos alunos, que diminui tempo de formação, e diminui a merenda escolar! Essa é a gravidade, a desmoralização desse Governo de seis meses! Diminuir a merenda e entregar para as crianças uma bergamota de lanche durante a tarde inteira, três bolachinhas no outro dia é vergonhoso! E esse Governo cria essa crise, e nós sabemos para quê, é para entrar fatias do Governo, da Prefeitura, para iniciativa privada. E aí é importante tirar dinheiro dos municipais. Claro, porque eles odeiam funcionário público municipal, detestam o funcionalismo municipal. E sabem por quê? Porque funcionalismo acumulou conhecimento, porque funcionalismo tem liderança lá no posto de saúde, lá na escola, lá na frente do balcão, lá na SMIC – liderança! Porque funcionário municipal é a frente de fala com o Município, com os municípios. Então, atenção: é errado, é ruim, e está falido o governo que briga com funcionalismo municipal, que oprime funcionalismo municipal, e esse caminho não pode ser o caminho do Legislativo. Não pode ser, Ver. Mauro Pinheiro, Vereador e irmão de colega da Prefeitura, colega professora que foi diretora de escola numa região muito conflagrada, violenta, como estão enfrentando a violência, os nossos colegas dos postos de saúde, os nossos colegas nas escolas. A violência cotidiana, Ver.^a Comandante Nádia, pela irresponsabilidade do Governador Sartori sim, porque entrou e não nomeou nenhum Brigadiano, não tem política de segurança, não nomeou delegados e agora massacra os funcionários estaduais, massacra o funcionalismo tirando mais direitos. E nós, aqui resistindo, lá na ponta, a essa violência, e aí a violência de Estado, é essa que está aqui hoje, a violência do Prefeito contra os municipais – do Prefeito! E eu vou dizer para vocês por que nós temos que adiar. Se vocês pegarem a lei, eu já falei aqui, não tem cálculo atuarial, a Procuradoria já disse que não tem base técnica, é confisco, nós vamos derrubar na Justiça se passar aqui! Porque isso é ilegal, é inconstitucional. Não adianta os Vereadores se desgastarem com os municipais, pois não vão conseguir confiscar esses salários. Eu afirmo para vocês, porque isso aqui é ilegal! É melhor adiar e pensar melhor sobre o tema. E vou dizer para vocês, a lei que criou o Previmpa deixou claro: “Art. 3º Fica criada uma conta de reserva garantidora do pagamento de benefícios previdenciários aos beneficiários do RPPS sob o regime de repartição simples (...)” Que é esse regime em extinção, que é esse regime que eles dizem que é deficitário, que é esse regime que o Município tem que pagar as aposentadorias. Sim, tem que pagar, foi esse o acordo feito em 2003. Concluo dizendo que, se os governos não fizeram esse fundo, não é o município que tem que pagar a conta. Não é! É perverso! É injusto! E é ilegal! Adiamos para ouvir quem de fato domina o conhecimento técnico do Previmpa, da assistência previdenciária. Não estariam aqui as municipais e os municipais irresponsavelmente comprometendo a sua aposentadoria. Não, porque acreditam no órgão que até agora zelou com muito carinho e responsabilidade com a aposentadoria dos municipais, tanto que tem R\$ 1,5 bilhão capitalizados nesses anos todos. Isso não tem déficit; o que tem hoje é um Governo irresponsável, incapaz, incompetente e perverso com o funcionalismo. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Paulo Brum, na condição de Vice-Líder da Bancada do PTB e nos termos do art. 218, § 6º do Regimento, solicita Licença para Tratamento de Saúde para o Ver. Dr. Goulart no período de 05 a 07 de julho de 2017. A Mesa declara empossada a Suplente, Ver.^a Marília Fidell, que integrará a Comissão de Urbanização, Transporte e Habitação – CUTHAB, em função da impossibilidade de os Suplentes Rafael Bernardo de Oliveira, Filipe Rodenbusch Tisbierek, Mario Antônio Manfro, Cirilo João Faé, Alceu Oliveira da Rosa e Jesus Cassiá Lopes Gomes assumirem a Vereança.

O Ver. André Carús está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria da Ver.^a Fernanda Melchionna.

O SR. ANDRÉ CARÚS: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, preliminarmente, quero colocar que a nossa bancada, por independente, nós decidimos democraticamente, e tenho, por força dessa decisão democrática, uma posição diferente de alguns colegas em relação ao mérito, a qual manifestei na audiência pública que tratou do tema. Mas especificamente sobre aquilo que vem sendo tratado no encaminhamento do adiamento dessa votação, quero aqui recuperar alguns pontos, por exemplo, foi em função da atitude da Bancada do PMDB, que foi feito algum debate sobre esse assunto aqui na Casa. Foi a Bancada do PMDB a autora do requerimento de audiência pública sobre o projeto que eleva a alíquota do Previmpa que estamos discutindo hoje. E muito pouco Vereador estava aqui! Inclusive aqueles que vêm aqui, Ver.^a Sofia, botar o dedo na nossa cara, do Temer, mas quem votou no Temer foi o PT! O PMDB do Rio Grande do Sul não apoiou o Temer! Não foi o PMDB do Rio Grande do Sul que sustentou essa aliança espúria! Vem a senhora cobrar da colega Comandante Nádia que o Sartori é o responsável pela insegurança; não é o Secretário Schirmer que tinha um bandido como assessor, que foi preso em Tramandaí, não é ele! Foi ele que zerou o banco de concursados da Brigada e, ontem, anunciou o maior concurso dos últimos 30 anos para a segurança do Estado! Então, não venha aqui o PT, não é o PT o responsável se amanhã vocês vão continuar com os 11%, a responsável por isso é a decisão desta Casa. Sabem por que se revezam tanto na tribuna? Porque querem ser pai da criança e não porque, efetivamente, defendem os servidores. Demagogia barata! E com todo o respeito aos demais Vereadores do PT, Ver.^a Sofia, a senhora passou da conta com relação à nossa bancada, me desculpe. E eu voto contra o aumento da alíquota, a senhora sabe, mas nem por isso vou tolerar a sua incapacidade de reconhecer que se houve debate sobre o tema do Previmpa foi graças à Bancada do PMDB aqui na Câmara Municipal.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, o Requerimento de autoria da Ver.^a Fernanda Melchionna. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADO** por 11 votos **SIM** e 20 votos **NÃO**.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Presidente, venho, por meio deste, apresentar recurso à Mesa Diretora sobre a decisão da Comissão de Constituição e Justiça, quando da discussão do Parecer a respeito do PLCE nº 004/17, conforme o art. 99 do Regimento, requerendo a admissão deste recurso e a apreciação nos termos que seguem, com relação à inconstitucionalidade da matéria apresentada pela Procuradoria e depois num parecer que empatou na Comissão de Constituição e Justiça, em que o Vereador-Relator Márcio Bins Ely disse que havia inconstitucionalidade e existência de óbice. Tiveram três votos pela existência de óbice e três contrários. Com base nesta discussão da Procuradoria, estou pedindo o recurso à Mesa Diretora.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O recurso está sendo avaliado e, em seguida, daremos a nossa posição.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Presidente, o recurso tem efeito suspensivo. Nós estamos pedindo com efeito suspensivo para que haja esta análise.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Eu vou avaliar o Regimento, nós vamos dar prosseguimento e não votaremos antes de termos uma posição sobre o recurso.

Em votação o PLCE nº 004/17. (Pausa.) O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 004/17.

O SR. FELIPE CAMOZZATO: Obrigado, Presidente. Bom, tivemos aqui calorosos debates sobre o assunto, e muitos se manifestaram dizendo que estavam faltando os números, que estava faltando a análise matemática e o argumento racional em torno do tema. Eu trouxe esse argumento, algumas sessões atrás, e volto a dizer que essas afirmações de que não há prejuízo na nossa previdência, de que o cálculo atuarial não justifica qualquer aumento ou que estaria sendo superavitária a nossa previdência são argumentos falaciosos. A ilegalidade do projeto é um argumento falacioso. Explico por quê. Nós temos hoje dois modelos previdenciários vigentes no Município que exigem recursos do Município. O Previmpa, que a partir de 2001 foi implementado, exige contribuição dos servidores de 11% e uma alíquota normal da Prefeitura de em torno de 18, mais uma complementar de em torno de 5%, ou seja, a Prefeitura contribui com um pouco mais do que o dobro do que o servidor; este modelo, a partir de 2001, tem o seu cálculo relativamente equilibrado. O grande problema, o que é um rombo na nossa previdência é o que foi gerado de passivo até 2001. Até 2001, os servidores não contribuíam com absolutamente nada e recebiam a sua aposentadoria na integralidade. Foi uma decisão política e gerencial no passado, mas que nos levou a atualmente comprometer anualmente R\$ 651 milhões em aporte de dinheiro da Prefeitura direto na previdência municipal. Seiscentos e cinquenta e um milhões, senhoras e senhores, são mais de dez vezes o orçamento da Secretaria de Segurança; são mais de dez vezes o orçamento da Secretaria de Cultura; é praticamente o orçamento da Educação, da Saúde, ou seja, é bastante dinheiro.

Há semanas eu mostrei estes dados matemáticos e financeiros e disse que era preciso um debate racional sobre o tema, respeitoso, para que pudéssemos ler os números de forma desapaixonada e propor alternativas a este problema, porque ele está dado. É um problema que temos que enfrentar. E eu convidei os opositores ao projeto, os servidores e o sindicato a apresentarem alternativas a este problema, e não apareceu ninguém. Não apareceu ninguém para apresentar qualquer alternativa factível. E há que se registrar isso: já foram quase duas semanas, e não apareceu nenhuma proposta factível para se resolver este problema.

A votação, portanto, aqui, hoje, é simples. São em torno de R\$ 30 milhões anuais que podem ser destinados, por um lado, para a Secretaria de Educação, da Saúde ou mesmo para cobrir este rombo de R\$ 650 milhões da previdência, ou é mais um aporte que os pagadores de impostos – e aí inclui vocês e todo o resto da população de Porto Alegre que talvez aqui não esteja representada – devem contribuir com o seu dinheiro para cobrir estes R\$ 651 milhões.

É importante destacar que, segundo a regra, o antigo Previmpa deveria ter 11% de contribuição dos servidores e 22% da Prefeitura, ou seja, a Prefeitura contribuiria com duas vezes o que o servidor contribui. A realidade atual é que a Prefeitura contribui com nove vezes mais do que o servidor contribui. Então, a votação aqui é simples: além das nove vezes mais que a Prefeitura e os cidadãos de Porto Alegre já contribuem com a previdência, ou a gente decide que eles vão ter que contribuir com ainda mais – com R\$ 30 milhões a mais –, ou nós vamos convidar os servidores a aumentar a sua contribuição em 3%.

E aí, eu não preciso destacar aqui o que foi feito no Estado, pelo PT, que fez um movimento parecido; ou o que foi feito na Prefeitura no passado, também por governos que estão aqui hoje dizendo que são contra porque não cabe. A questão é matemática, racional e simples. É uma decisão sobre se o pagador de impostos, cidadão de Porto Alegre, quer colocar R\$ 30 milhões em saúde, educação, segurança ou quer colocar, para contribuir, além das nove vezes mais, mais um pouco com a previdência municipal que está quebrada. Por isso eu sou favorável a este projeto e acho que ele é um primeiro passo – pequeno, mas importante – para que a gente restabeleça orçamentos para a nossa Prefeitura, para o Município de Porto Alegre e para quem precisa dos serviços públicos municipais. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(Manifestações nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 004/17.

O SR. AIRTO FERRONATO: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, senhoras e senhores que estão conosco nesta tarde, nesta discussão apaixonada sobre o tema. Aqui falo em nome do meu Partido, em nome do Ver.

Paulinho Motorista e em meu nome: nós vamos votar contra o projeto, como já vimos votando algumas matérias que tratam desses temas.

Ouvi as manifestações desta tarde e, normalmente, as manifestações se prendem sempre ao mesmo argumento: o contribuinte de Porto Alegre. Como se nós – e aqui já foi dito, como se nós, funcionários públicos, servidores públicos não fôssemos contribuintes. Nós somos os verdadeiros contribuintes. Eu falei há bem pouco tempo aqui na Câmara, alguns dias atrás, uma questão, Ver. Paulinho e para vocês, imaginem só, vejam só, se viesse para esta Câmara uma proposta que aumentasse 0,5% de imposto, qualquer imposto, o ISS, por exemplo. Se aumentasse 0,5% o imposto, a gritaria do outro lado seria enorme – 0,5%. Agora, de uma tacada só, propor um aumento de 3% nos nossos vencimentos, parece a salvação da pátria e não é. Não é. Ouvi a conversa, a posição dos R\$ 651 milhões de aporte da Prefeitura; ouvi também R\$ 1,5 bilhão até 2024. Na verdade, isso é uma dívida da Prefeitura para com o regime previdenciário do Município. (Palmas.) É óbvio, se durante mais de 20 anos, e eu estou aqui há 27, se há mais de 20 anos a Prefeitura não tem contribuído com a sua parte, não fez a poupança necessária para a previdência, quem é que deve isso: o cidadão contribuinte, o tal contribuinte, ou a Prefeitura? É a Prefeitura. Então não há nenhum agregado de encargo do cidadão e da cidadã de Porto Alegre sobre esse tema. Ouvi também aqui, hoje, que, na verdade, a maioria da população de Porto Alegre é favorável ao projeto, falo também em nome do Ver. Dr. Thiago: que a maioria dos cidadãos e cidadãs de Porto Alegre seria favorável. Quanto a isso tenho cá minhas dúvidas. A esmagadora maioria do cidadão, da cidadã de Porto Alegre se manifesta e se posiciona radicalmente contra a reforma da previdência em Brasília. Será que a reforma de Brasília, porque nos toca, somos contra? E a reforma aqui em Porto Alegre, porque toca a vocês somos a favor? Não é muito fácil...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

O SR. AIRTO FERRONATO: ...A opinião pública de Porto Alegre não é favorável a nenhuma reforma profunda, que mexa com a vida do cidadão e da cidadã porto-alegrense, numa tacada, e numa rapidez extraordinária. Portanto, nós votaremos, e repito, em nome do Ver. Dr. Thiago, nós votaremos contrariamente ao projeto. Um abraço. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Valter Nagelstein assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Obrigado, Ver. Ferronato. A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 004/17.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Queria pedir só para o Ver. Prof. Alex, por favor, alcançar o nosso recurso, que eu gostaria de ler para o conjunto de Vereadores e Vereadoras e, sobretudo, para a categoria. O recurso que nós fizemos à votação dessa matéria na tarde de hoje. Na verdade, nós estamos vendo um verdadeiro absurdo. A Procuradoria da Câmara, que é um órgão independente e que, quando serve para determinados interesses, Ver.^a Sofia, é utilizado em discurso aqui nesta Câmara. A Procuradoria disse que, ressaltando a Constituição da República nos artigos 40, 150, inc. IV, e 195, § 5º, as alterações de alíquota de contribuição prévia sem cálculo atuarial são inconstitucionais. E este projeto de confisco de salário foi enviado para a Câmara de Vereadores sem cálculo atuarial; aliás, foi enviado sem parecer do Conselho de Administração do Previmpa. E, quando denunciado pela categoria e pelos Vereadores de oposição, veio o parecer do Conselho de Administração, contrário ao projeto. Contrário ao projeto! Depois, a matéria foi votada na CCJ, Ver. Tarciso. Na CCJ, o Relator deu pela existência de óbice, porque a matéria é inconstitucional. E a votação teve empate. Este projeto não foi aprovado em nenhuma Comissão, ele não pode ser votado na tarde de hoje, porque ele claramente fere a Constituição Federal. Agora, nós fizemos um recurso que tem efeito suspensivo. Não pode ser votada, Ver. Janta, esta matéria, sem que haja uma reunião da Comissão de Constituição e Justiça, e eu vou fazer sustentação oral do nosso recurso, na reunião da Comissão de Constituição e Justiça, sobre esse recurso especial. Agora, é verdade, não é de ontem que muitos desrespeitam a Constituição, desrespeitam os preceitos democráticos e tentam desrespeitar o conjunto de forças sociais que buscam, a partir da sua mobilização, garantir direitos para os trabalhadores, todos os trabalhadores. Porque, quando nós falamos em servidores públicos, nós estamos falando em serviço público. Nós estamos falando na qualidade do serviço público prestado à população. Eu ouvi atentamente o Ver. Felipe Camozzato, que disse que ninguém tinha dado alternativas para a questão da crise financeira do Município. Primeiro, não é verdade, Vereador. Nós apresentamos alternativas todos os dias no plenário: IPTU progressivo, a taxa da especulação imobiliária, a cobrança da dívida ativa, composta, em seus 90%, de grandes bancos, empresas, etc. E eu tenho uma nova agora, bem simples, basta cortar 30% dos CCs que a economia é de R\$ 30 milhões e não precisa atacar os servidores municipais que estão aqui na tarde de hoje. (Palmas.) Talvez, alguns Vereadores dos partidos da base aliada, do PSDB, do PTB, do PT perdessem os seus cargos lá no Governo Municipal, mas é fato que tem alternativa, que é possível, sim, tirar R\$ 30 milhões de outros lugares e não confiscar o salário dos servidores municipais. Nós temos a convicção de que esse debate de ataque ao conjunto da categoria não é um problema só da crise econômica, porque tem alternativas, óbvio que tem alternativas! É um problema de uma linha política, uma linha política que o Marchezan tem, uma linha política de escolher como inimigos os servidores, uma linha política de, dia sim, dia também, ameaçar o conjunto da categoria de que vai parcelar salário, uma linha política de aumentar o caos, dizendo que tem que privatizar o Hospital Presidente Vargas, a iluminação, a Carris, que tem que privatizar até a orla do Guaíba! Aquela obra interminável já recebeu R\$ 60 milhões de empréstimo, mesmo assim eles querem privatizar a orla do Guaíba. É um conjunto de

argumentos que, na verdade, pinta o caos para atacar o serviço público, para atacar os direitos da população ao serviço público, para, inclusive, ver o que nós estamos vendo agora no Município: uma situação de caos em várias áreas, na assistência social, na saúde, na educação, e um discurso falacioso do Governo de que só vai poder resolver o caos se fizer parceria público-privada para entregar a gestão, inclusive pública, para interesses privados; eles, que botaram a Comunitas no quinto andar da Prefeitura, que é financiada pelos grandes bancos, pelos grandes frigoríficos, para ter acesso aos dados sigilosos. Esse é o debate que está em curso. Esse discurso já é uma cantilena enfadonha, vários Vereadores usam esta tribuna e dizem que vão votar a favor para defender os contribuintes, mas o Ver. Aírto Ferronato lembrou, com tranquilidade, que 80% da população é contra a reforma da Previdência, e os senadores querem votar em regime de urgência a reforma trabalhista, na semana que vem, que rasga a CLT, nas costas da população, com 30% do Senado investigado pela Lava Jato, um presidente chefe de quadrilha, enfim, não é porque estão defendendo os contribuintes, não é porque estão defendendo a economia de R\$ 30 milhões, porque, como eu disse, tem muitas alternativas para economizar os R\$ 30 milhões, inclusive cortando os CCs vinculados a vários Vereadores aqui desta Câmara, mas é para fortalecer um discurso que é antipopular, que é neoliberal, que é antisservidor público e antisserviço público. Portanto, nós temos a convicção de que o nosso recurso é muito forte e de que não tem nenhuma condição de essa matéria ser votada, porque ela é claramente inconstitucional.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Moisés Maluco do Bem está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 004/17.

O SR. MOISÉS MALUCO DO BEM: Boa tarde, Sr. Presidente, colegas Vereadoras e Vereadores, municipais que estão aqui presentes. Eu, na verdade, solicitei, tecnicamente, alguns dados e queria dividir com as senhoras e os senhores que vêm me perguntando sobre a discussão do dia de hoje. Eu não vou entrar em questionamentos sobre quem ou que partido fez ou criou alíquota, propôs tantos por cento, eu vou me ater mais tecnicamente às perguntas que me foram encaminhadas. Então, na realidade, a gente tem aqui esse regime de repartição simples, que foi esclarecido aqui, parcialmente. A nossa participação do Município, a cota patronal, hoje, é de 22%; a participação dos servidores, hoje, é de 11%. São 9.134 servidores ativos, 9.245 aposentados, 4.593 pensionistas, ou seja, dois servidores ativos para três servidores inativos. Os pagamentos dos benefícios são maiores que as contribuições previdenciárias, exigindo do Município maiores aportes de recursos públicos para o pagamento de aposentadorias e pensões de servidores. Essa relação exige um aporte maior dos recursos do Tesouro Municipal. Desde 2015 até o ano passado, 2016, o repasse com o recurso do Tesouro aumentou em R\$ 100 milhões, podendo aumentar ainda mais este ano. No ano de 2016, o Tesouro Municipal – foi discutido muito claramente pelos Pares que me antecederam – transferiu R\$ 924 milhões, inclusive,

quota patronal de 22%, sendo que, desse total, R\$ 288 milhões, 31%, representa a quota patronal; e R\$ 636 milhões, 69%, recursos do Tesouro para cobertura desse déficit. Bom, seguindo um cálculo simples, a gente chega ao um número que realmente assusta: se fizermos a projeção de 2016 a 2024, em 2024 há previsão de duplicar esse valor. O valor da transferência do Município para o Previmpa, que vai assegurar os benefícios dos servidores, chega a R\$ 1.745.000.000,00. Então, na realidade, gente, o que eu gostaria de responder, inclusive fui ter uma conversa com um Par no cafezinho, o que a gente enxerga é o seguinte: nós temos os servidores do cafezinho que recebem um salário de R\$ 1.000,00 mensais para trabalhar. Não é o caso de um servidor, que hoje a gente sabe que infelizmente que o servidor que ganha mais de R\$ 10.600,00 tem o seu salário parcelado; o servidor que não chega acima de R\$ 10.600,00 ainda tem recebido o seu salário no dia do seu vencimento. Então, gente, o contraste é muito grande! Se o servidor ganha R\$ 5.000,00 e a gente aumentar 3%, estaremos falando de R\$ 150,00. Cento e cinquenta reais que simplesmente vão ser usados para assegurar os benefícios de aposentadoria desses mesmos servidores. Agora, o que é melhor: termos isso e assegurar os benefícios dos servidores ou não pagar isso e chegarmos à situação de vários Municípios brasileiros que estão judicializados porque não têm recursos para pagar os seus aposentados? Então, na realidade, a proposta visa simplesmente ao cuidado de se ter viabilidade financeira para os servidores municipais. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 004/17.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Obrigada, Ver. Valter, espero que vote conosco. Vossa Excelência que sempre preza pelo aspecto técnico e legal, que é um advogado que trás muitas vezes esses elementos para cá. Quero, primeiro, dizer que encaminhado pela bancada do PT, acho que deveria estar suspenso esse encaminhamento porque aqui, em vários momentos da tarde, trouxe os argumentos que a Ver.^a Fernanda formaliza num requerimento: é ilegal, tem um parecer da Procuradoria dizendo que é inconstitucional esse projeto, escrito no processo, tem um parecer do Previmpa, que é o órgão da previdência, o conselho de administração do Previmpa é o responsável, Ver. Nedel, pela alíquota com base num cálculo atuarial. Então, o Prefeito comete ilegalidade, confisca salário. Na verdade, Ver. Moisés, Vice-Líder do Governo, o senhor diz que é para viabilizar as aposentadorias. Não é. O Governo escreveu aqui na justificativa do Projeto: (Lê.) “Verifica-se que a elevação da alíquota para 14% gerará uma estimativa de redução em termos de 30 milhões, aporte oriundos da Prefeitura”. Ou seja, a Prefeitura está economizando 30 milhões com a aposentadoria dos municipais. Então, isso não tem nem um real que ele vai botar no fundo de capitalização, por exemplo. Não. Ele só não quer pagar as aposentadorias dos funcionários da Repartição Simples, ele quer diminuir a conta dele. Mas, para aí um pouquinho, como que o patrão

vai diminuir a conta dele?! Todos os patrões privados, Camozzato, pagam a parte patronal, e o Governo não quer pagar a parte patronal, ele está aumentando 14% só para o servidor. Vou chamar a atenção porque está desequilibrando, inclusive a contribuição, que é regra geral, nacional, dois por um, por isso que é vinte e dois e onze. O Regime de Repartição Simples foi acordado e legislado em 2002 e 2004, nas três leis que geraram o Previmpa, e separou da Capitalização. Então, é um grupo fechado, é um grupo anterior, é um grupo que o Município se responsabiliza por uma parte e ponto, e que faça previsão e que assuma a sua parte, ele é o patrão. Por que na empresa privada o patrão tem que pagar a previdência? Aqui não, aqui ele quer gastar menos com previdência. Não, gente! Não tem lógica. O que é isso? Ele quer diminuir, ele quer gastar menos, que hoje ele tenha que gastar tantos e tantos e tantos. Ora, isso já está previsto na Lei Orçamentária, na LDO, na Lei de Diretrizes, no Plano Plurianual, esse é um recurso previsto, legal e regimental. Então, é confisco de salário! Con-fis-co de salário! O próprio Conselho do Previmpa – eu vou insistir com os Vereadores; Ver. Pujol, que sempre foi defensor do funcionalismo público –, o Conselho do Previmpa é paritário. O Governo não fez nenhum embate com os seus representantes no Conselho, nenhum. Foi unânime, não veio para cá dizendo que a votação tivesse sido 12 a 11, 12... Não! Foi unânime o parecer do Previmpa que diz que não é para majorar a alíquota. Então, quem somos nós, os Vereadores? Uma alíquota política nós vamos votar, para o Governo poupar dinheiro em cima dos servidores, confiscando direto do contracheque, um contracheque que está congelado? É isso o que nós estamos votando aqui? Está congelado! Quem vier discursar aqui que é para o seu futuro, para a sua previdência, está enganando ou se enganando ou querendo enganar os outros! Porque não tem nenhuma capitalização, não tem nenhuma poupança, é para ir para aonde? Para o buraco do caixa único, que ninguém pode discutir onde põe o recurso. Inclusive, o Orçamento Participativo foi suspenso este ano. Então, não tem esse papo, isso não está guardando nenhuma previdência nossa, isso não está garantindo coisa nenhuma, isso é para o Prefeito poupar dinheiro, tirando direto do contracheque dos colegas municipais. E de todos: do padrão 2, do 3, do 4, diferente da semana passada, quando o Líder do Governo orientou a derrubada do veto do teto salarial! Para aí um pouquinho: então, ele vai poupar tirando dos baixos salários, porque liberou os altos salários em cima da vida dos funcionários, do contracheque archoado dos funcionários, porque devia ter recuperado a inflação agora em maio e não o fez? E não o fez por escolha política, porque a Prefeitura não está quebrada, essa Prefeitura tem condições financeiras, tanto que está buscando 120 milhões para financiar as obras. Essa alíquota é política, é ilegal, é uma opressão sobre o funcionalismo, e esta Câmara tem que pôr freio nesse Prefeito, porque esse caminho é ruim para a política pública, é ruim para a Cidade, é ruim para todos nós.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 004/17.

O SR. PROF. ALEX FRAGA: Boa tarde senhoras e senhores, mais uma vez na tribuna. Na minha primeira fala, no período de discussão da matéria que está sendo analisada, eu trouxe um breve histórico do aumento das alíquotas de contribuição dos servidores ao longo da instituição do Previmpa na nossa Cidade. Agora, eu tento desmistificar essa lógica que alguns Vereadores trouxeram à tribuna, de que esses recursos serão utilizados em educação, em segurança, em saúde. Não! Há um jogo de palavras perverso que induz alguns Vereadores e Vereadoras ao erro. Primeiro, os servidores que pertencem ao regime capitalizado terão o aumento de alíquota de 11 para 14%, e esse desconto dos servidores vai ficar imobilizado no Previmpa. Então, não é dinheiro que vai para a educação, não é dinheiro que vai para a saúde, não é dinheiro que vai para a segurança, coisa nenhuma! Então, esse é um jogo de palavras que está sendo utilizado para induzir alguns Vereadores e Vereadoras ao erro. No regime de repartição simples, sim, a Prefeitura dá a mordida, desconta justamente para diminuir a sua responsabilidade assumida em 2001 de quitar com os proventos previdenciários desses servidores, desse regime de repartição simples. Aí, sim, vai ter o desconto, mas a questão toda é: estamos tramitando na Câmara o PLCE nº 007/17, em que o Poder Executivo fica autorizado – ou seja, se autoautoriza –, a transferir bens imóveis ao Departamento Municipal de Previdência dos Servidores, em alíquotas decrescentes que começam com 8%, baixa depois para 6% e depois para 5%. Ou seja, a Prefeitura já está querendo quitar esses débitos com imóveis. Isso só é possível quando há acordo com o conselho administrativo do Previmpa, mas, para que isso seja feito, um projeto de lei para cada imóvel deve ser mandado para a Câmara de Vereadores. Os Vereadores e Vereadoras desta Casa votam cada imóvel, e a Prefeitura vem passar o rodo e liberar geral e institucionalizar a quitação de débitos previdenciários com imóveis. Em momentos de crise, todos sabemos – pelo menos aqueles que têm algum bom senso – que os imóveis diminuirão os seus valores, diminuem. Portanto, no momento em que o Previmpa aceita um imóvel, daqui a um, dois anos, talvez o valor venal comercial desse próprio diminua sensivelmente, e isso vai abrir um rombo, sim, no regime de previdência capitalizado.

Então aí nós temos mais uma maldade, e os Vereadores e Vereadoras não podem se deixar enganar por essa retórica e esse entendimento raso de que o dinheiro vai para a saúde, para a segurança, para a educação... Não! Os 3% de aumento de alíquota do regime capitalizado vão para o regime capitalizado e ficam imobilizados até os servidores se aposentarem! É assim. E a maldade está aqui, no PLCE nº 007/17: a institucionalização da quitação desses débitos com imóveis. Aí, sim, aí o caixa vai engordar justamente às custas disso, de negociações com próprios que podem facilmente ser desvalorizados diminuindo o aporte financeiro direto em espécie que a Prefeitura faz com regime de previdência. O Prefeito pode estar, a partir disso, acabando com o regime de previdência, que é superavitário, que tem saúde e que pode sustentar os servidores que ingressaram a partir do ano de 2001.

Portanto, eu peço a sensibilidade para os Vereadores e Vereadoras desta Casa em nome do meu partido, o PSOL – Ver.^a Fernanda Melchionna e Ver. Roberto

Robaina –, para votarem “não” a esse projeto cruel. Um grande abraço a todos e esperamos a derrubada desse absurdo.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 004/17, pelo Governo.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, nós ouvimos aqui... Só para informar aos municipais que este Projeto não vamos retirar. Nós ouvimos aqui vários, como foi dito pelos colegas, realmente, vários jogos de palavras. Primeiro, que estamos fazendo confisco de salário. Nós não estamos confiscando salário de ninguém. O que nós vimos aqui na audiência pública – eu estava presente, alguns falaram aqui – é que quem tem que pagar esta conta é o Governo. Mas quem é o Governo? O Governo tem cara? O Governo tem rosto? O Governo tem corpo? Vocês sabem quem é o Governo? Ah, vocês são o Governo. Muito bem, isso eu ouvi aqui na audiência pública, Ver. Tarciso – o senhor devia estar aqui; isso eu ouvi aqui na audiência pública, Ver. Ferronato e Ver. Paulinho Motorista – vocês deviam estar aqui. Quem tem que pagar essa conta é o Governo, e quem é o Governo? O Governo é povo de Porto Alegre. O Governo é o povo de Porto Alegre. Está aqui o respeito pelo povo de Porto Alegre. O respeito ao povo de Porto Alegre. Olha aí o respeito ao povo de Porto Alegre! Que maravilha, o respeito, o povo de Porto Alegre. Olha, Dr. Thiago, o senhor que esteve aqui na invasão da Câmara, Dr. Thiago...

(Invasão no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Srs. Vereadores, solicito as suas presenças no Salão Nobre, por favor. Estão suspensos os trabalhos.

(Suspendem-se os trabalhos às 18h43min.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein – às 19h17min): Estão reabertos os trabalhos.

Senhoras e senhores, Srs. Vereadores, como não houve o atendimento do que foi acordado, não há mais condições de prosseguirmos a Sessão. Não há o que celebrar. Eu, infelizmente, e lamentando por demais, tenho que declarar encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 19h18min.)

* * * * *